ROSELI GONÇALVES DE MIRANDA

**Documentação Jurídica: dos pressupostos de
Otlet à organização da informação**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Escola de
Comunicação e Artes da
Universidade de São Paulo

VERSÃO CORRIGIDA

A versão original encontra-se disponível na Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo.

São Paulo

2015

ROSELI GONÇALVES DE MIRANDA

**Documentação Jurídica: dos pressupostos de
Otlet à organização da informação**

Dissertação apresentada à Escola de
Comunicação e Artes da Universidade de
São Paulo, como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre.

Programa de Pós-graduação em Ciência da
Informação

Área de Concentração: Informação e
Cultura.

Linha de Pesquisa: Organização da
Informação e do Conhecimento.

Orientação: Profa. Dra. Cibele Araújo
Camargo Marques dos Santos

São Paulo

2015

Miranda, Roseli Gonçalves de.

R672d Documentação Jurídica: dos pressupostos de Otlet à organização da informação; orientador: Prof. Dra. Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos. – São Paulo, 2015

106f. : il., enc.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Área de Concentração: Cultura e Informação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

1. Documentação.
2. Documentação Jurídica.
3. Paul Otlet.
4. Documento Jurídico.
5. Diplomática.

CDU: 025.5:34

Roseli Gonçalves de Miranda

Documentação Jurídica: dos pressupostos de Otlet à organização documental

Dissertação apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre.
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos

Assinatura: _____

Instituição: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo

Prof(a.) Dr(a.): _____

Assinatura: _____

Instituição: _____

Prof(a.) Dr(a.): _____

Assinatura: _____

Instituição: _____

Prof(a.) Dr(a.): _____

Assinatura: _____

Instituição: _____

DEDICATÓRIA

A Deus, minha maior fortaleza a quem busquei e não me faltou;

Em memória de minha amada avó Maria Gonçalves de Oliveira, fonte de inspiração por seu grande desejo de estudar.

A minha mãe e mentora que com sua força inabalável sempre foi exemplo de fé e esperança em Deus, coragem e perseverança nas adversidades e quem nunca deixou que eu desistisse dos meus sonhos.

A toda minha família, em especial meus irmãos Jonathan, Jorge e Dione pela compreensão nos momentos de ausência e de saudade. Aos meus sobrinhos, para que sirva de exemplo.

E ESPECIALMENTE

Ao amor da minha vida, meu esposo Cláudio pelo carinho, estímulo, paciência, cuidado, compreensão e pelo apoio ilimitado em todas as circunstâncias, que possibilitou a concretização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Vânia Mara Alves Lima e à Profa. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara pelas valiosas contribuições no exame da Qualificação.

Aos professores do Departamento de Ciência da Informação da ECA por todo aprendizado e ensinamentos, em especial àqueles que me indicaram as bases teóricas para realização deste estudo.

À Andréia Gonçalves da Silva e à Valéria Martim Valls, por toda contribuição, confiança, incentivo, sugestões e encorajamento nos momentos de insegurança.

A Lucivaldo Barros que gentilmente cedeu material bibliográfico sobre o ensino da Documentação Jurídica.

A equipe da Biblioteca da ECA, em especial ao Walber e Gilberto.

Aos amigos da Biblioteca da FESPSP por todo auxílio.

Aos colegas do GIDJ/SP pelo apoio.

A CAPES por fomentar a pesquisa.

MINHA GRATIDÃO ESPECIAL

À minha orientadora, Profa. Dra. Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos, por toda atenção, apoio e paciência, por ser presente, ter acreditado na minha pesquisa com entusiasmo e ter me conduzido de forma generosa com o seu conhecimento.

“Ninguém é suficientemente perfeito, que não possa aprender com o outro e, ninguém é totalmente destituído de valores que não possa ensinar algo ao seu semelhante”.

São Francisco de Assis

Resumo

MIRANDA, Roseli Gonçalves de. Documentação Jurídica: dos pressupostos de Otlet à organização da informação, 2015. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2015.

Estudo apoiado em revisão bibliográfica sobre o surgimento e evolução da Documentação Jurídica no Brasil tendo como foco os aspectos relacionados à noção de documento que podem auxiliar na organização da informação a partir da interface da com a Documentação otletiana, sua base fundadora. A revisão compreende os fundamentos históricos que motivaram o nascimento da Documentação na Europa, o seu surgimento no Brasil e a influência otletiana na fundação e evolução da Documentação Jurídica. Para referendar a dimensão de documento na Documentação Jurídica, explora-se a noção de documento na Documentação otletiana, no Direito e na Diplomática e estabelece-se o cotejamento entre as características e pontos de convergência. Conclui-se que a Documentação Jurídica surgiu na esfera do Serviço Público Federal no íterim do final da década de 1930 e início da década de 1940, quando a penetração da Documentação otletiana e sua influência ocorrem na esfera da área Pública. A análise sobre a noção de documento demonstrou que a concepção apresentada no Direito e na Documentação otletiana se apresenta de modo convergente e complementar e que a Diplomática possibilita a identificação de subsídios informativos e teóricos que podem auxiliar na organização da informação jurídica.

Descritores: Documentação. Documentação Jurídica. Documento Jurídico. Paul Otlet. Diplomática. Organização da Informação.

Abstract

MIRANDA, Roseli Gonçalves de. Documentação Jurídica: dos pressupostos de Otlet à organização da informação, 2015. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2015.

Study supported by literature review about the birth and evolution of Legal Documentation in Brazil focusing on aspects related to the notion of document that can assist in the organization of information from the documentation with the otletiana interface, its founder base. The review covers the historical background which led to the birth of the documentation in Europe, his birth in Brazil and otletiana influence in the founding and evolution of the Legal Documentation. To endorse the size of paper in the Legal Documents, explores the notion of document in otletiana documentation in Law and Diplomacy and sets up the comparison between the characteristics and focal points. We conclude that the legal documentation appeared in the sphere of the Federal Public Service in the meantime the late 1930s and early 1940s, when the penetration of otletiana Documentation and its influence occur in the sphere of public area. Analysis of the notion of document showed that the design presented on Law and otletiana documentation is presented in a convergent and complementary and that the Diplomatic enables the identification of informative and theoretical support that can assist in the organization of legal information.

Keywords: Documentation. Legal Documentation. Legal Document. Paul Otlet. Diplomatic. Information Organization.

Resumen

MIRANDA, Roseli Gonçalves de. Documentação Jurídica: dos pressupostos de Otlet à organização da informação, 2015. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2015.

Estudio apoyado por revisión de la literatura sobre el nacimiento y evolución de documentación legal en Brasil se centra en los aspectos relacionados con la noción de documento que puede ayudar en la organización de la información de la documentación con la interfaz otletiana, su base fundador. El examen abarca los antecedentes históricos que llevaron al nacimiento de la documentación en Europa, su nacimiento en Brasil y otletiana influencia en la fundación y evolución de la documentación legal. Para respaldar el tamaño de papel en los documentos jurídicos, explora la noción de documento en otletiana documentación en Derecho y Diplomacia y establece la comparación entre las características y los puntos focales. Llegamos a la conclusión de que la documentación legal apareció en el ámbito de la Administración Pública Federal, mientras tanto, a finales de 1930 y principios de 1940, cuando la penetración de Documentación otletiana y su influencia se producen en el ámbito de la zona pública. Análisis de la noción de documento demostró que el diseño presentado para el Derecho y la documentación otletiana se presenta en una convergentes y complementarios y que el Diplomática permite la identificación de apoyo informativo y teórico que puede ayudar en la organización de la información jurídica.

Palabras clave: Documentación. Documentación legal. Documento legal. Paul Otlet. Diplomática. Organización de la información.

Lista de Figuras

Figura 1: Paul Otlet jovem advogado e cientista.

Figura 2: 1ª Conferência Internacional de Bibliografia (1895).

Figura 3: Publicação técnica do I.B.B.D. de autoria de Lydia Sambaquy

Figura 4: Biblioteca da Procuradoria Judicial do Estado com J.F. Moreno sentado à direita, orientando o trabalho da equipe.

Figura 5: Cecília Atienza em entrevista em 1980 à Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.

Lista de Abreviaturas Siglas

BN	Biblioteca Nacional
CBDJ	Comissão Brasileira de Documentação Jurídica
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
ENIDJ	Encontro Nacional de Informação e Documentação Jurídica
FID	Fédération Internationale de información e Documentación
GIDJ/RJ	Grupo de Documentação e Informação do Rio de Janeiro
GIDJ/SC	Grupo de Documentação e Informação de Santa Catarina
GIDJ/SP	Grupo de Documentação e Informação de São Paulo
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IIB	Institute Internacional de Bibliographie
OIB	Office International de Bibliographie
RBU	Répertoire Bibliographique Universel
RSP	Revista do Serviço Público
SIC	Serviço de Intercâmbio de Catalogação
TACRIM	Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFOD	Union Française des Organismes de Documentation

SUMÁRIO DA PESQUISA

1. Introdução.....	12
1.1 Objetivos.....	14
1.2 Procedimentos Metodológicos.....	15
 2. Da Documentação a Documentação Jurídica.....	17
2.1.1 O Despertar da Documentação.....	19
2.1.2 O percurso jurídico de Otlet e La Fontaine.....	29
2.1.3 A Documentação no Brasil.....	40
2.1.4 O campo da Documentação Jurídica.....	50
 3. A Dimensão de documento na Documentação Jurídica.....	66
3.1 O documento na perspectiva da Documentação.....	66
3.2 O documento no Direito.....	73
3.3 O documento no contexto da Diplomática.....	81
Considerações Finais.....	92
Referências	

1. Introdução

A Documentação Jurídica é uma área de especialização da Ciência da Informação que se ocupa da reunião, descrição, análise, organização e disseminação de todas as fontes formais (doutrinária, legislativa e jurisprudencial) e intelectuais produzidas pela Ciência do Direito.

Os pressupostos históricos da fundação da Documentação Jurídica iniciam-se em fins do século XIX, quando necessidades sociais vigentes pediam soluções efetivas no tratamento da informação diante do exponencial aumento de artigos científicos e de novas modalidades de conhecimento gráfico registrado que vinham tornando insustentáveis os problemas bibliográficos para cientistas, pesquisadores e outros profissionais.

Em consequência, eclode o “Movimento Bibliográfico” que envolve a participação de profissionais interessados em discutir soluções para o problema do “*caos documentário*”, enfrentado no período. A inspiração floresce na Bibliografia, uma ciência antiga dotada de perícia para lidar com problemas de organização bibliográfica que desperta o interesse de Paul Otlet e Henry La Fontaine, dois advogados que lideraram o movimento e passam a trabalhar em parceria em uma sociedade científica.

Otlet atribui valor intrínseco a informação e partindo da Bibliografia (ciência que ele sistematiza e revitaliza), realiza um estudo metódico do livro e de outros documentos escritos a fim de ampliar o conceito de documento, permitindo o seu reconhecimento em suportes variados. Em tais bases, Otlet funda a Documentação.

O pensamento progressista de Otlet se manifesta no “*Traité de Documentation*”, obra seminal no qual define o seu campo de investigação e elege o “documento” como seu objeto de estudo, estabelecendo relações com outros campos do saber. Esta obra singular e sem precedentes, viria a ser reconhecida como berço da Documentação e uma das origens da Ciência da Informação.

No Brasil, os contatos preliminares com o pensamento otletiano iniciam-se a partir de 1895, através do intermédio do médico Juliano Moreira, do engenheiro Victor da Silva Freire e do jurista Manoel Cícero Peregrino da Silva, quando os advogados realizam a 1ª Conferência Internacional de Bibliografia para divulgar a Classificação Decimal de Otlet, ocasião em que fundam o Instituto Internacional de Bibliografia.

Porém, somente a partir da década de 1930 é que de fato a Documentação se propaga no Serviço Público Federal, quando são criados os primeiros centros de documentação no país e são registrados os primeiros indícios de formação da Documentação Jurídica.

O interesse focalizado pela Documentação e pelos documentalistas, sempre esteve voltado para uma análise de conteúdo detalhada e mais profunda, para o registro e para a classificação da informação, esta última não circunscrita a formatos determinados. Bradford (1960, p. 69) diz que a Documentação:

“é o processo pelo qual o documentalista pode colocar ante o especialista criador a literatura existente sobre o campo de sua investigação, a fim de que ele possa tomar pleno contato com as realizações anteriores em seu terreno, e dessa forma evitar a dispersão de esforço de uma tarefa já executada”.

Logo, os subsídios teóricos da Documentação em sua formação clássica, proposta por Paul Otlet é que propiciariam as bases de formação da Documentação Jurídica as quais se mantêm presente até os dias de hoje.

A Documentação Jurídica em sua gênese constitutiva traz traços particulares comuns da Documentação e da Ciência do Direito. De modo consoante, estas áreas atribuem ao “documento” e a “informação” um papel central, compreendidos como objetos de interesse social e organizar e tratar esse tipo de informação faz parte das funções e atribuições desenvolvidas pelos profissionais que atuam no âmbito da Ciência da Informação.

A gama de espécies documentais produzidas pelo campo do Direito aumenta a cada ano e de modo semelhante, crescem os desafios do bibliotecário em tratar e organizar essa documentação. Cada tipo de documento possui características e funções próprias no Direito. No entanto, a simples identificação de que o documento é originário da legislação, doutrina ou jurisprudência, enquanto fonte, não é suficiente para assegurar a adequada classificação e tratamento do documento jurídico.

Nota-se que ainda são reduzidos os estudos teóricos e metodológicos voltados para a evolução, história da Documentação Jurídica brasileira e aplicação, uma vez que enquanto subcampo da Ciência da Informação é pouco conhecida. Consequentemente, a carência de base conceitual e teórica voltada para esse campo de especialidade, reflete

nas limitações e dificuldades percebidas pelo bibliotecário ao lidar com a organização e tratamento do acervo.

Destarte, o tema dessa pesquisa se justifica pela oportunidade de reflexão sobre o aporte conceitual sobre o qual a Documentação Jurídica foi fundada e sob o qual se mantém em construção. De mesmo modo, oportuniza a reflexão sobre o documento como o seu objeto de estudo.

No presente capítulo, introduzimos o tema elucidando os objetivos desse estudo e a sua motivação. No segundo capítulo pretendeu-se apresentar um estudo abarcando o surgimento da Documentação e a relevância do “*Traité de Documentation*”, principal obra de Paul Otlet que emerge como marco fundador desse novo campo. Discute-se o percurso jurídico realizado por Otlet e La Fontaine até os primeiros anos da instituição dessa parceria que culminaria no Movimento Bibliográfico por eles liderado. Examina a influência da Documentação no Brasil e expõe seus desdobramentos até resultar na constituição do campo da Documentação Jurídica.

No terceiro capítulo, buscou-se explorar a noção de documento na perspectiva da Documentação, da Diplomática e do Direito, áreas estas correlatas e com interesses comuns, focalizando em especial os documentos administrativos, pois estes na maior parte dos casos são compreendidos na Documentação Jurídica. Nessa parte, pretendeu-se demonstrar, os elementos característicos do documento jurídico os quais possuem subsídios que podem auxiliar na organização da informação.

1.1 Objetivos

A presente pesquisa tem como **objetivo geral** realizar um estudo da Documentação Jurídica desde seu surgimento e sua evolução no Brasil para explicitar sua interface com a Documentação otletiana, mostrando os aspectos relacionados à noção do documento jurídico que podem auxiliar na organização da informação.

Os **objetivos específicos** desse estudo concentram-se em:

- Explicitar os fundamentos históricos da interface da Documentação Jurídica com a Documentação otletiana.
- Apresentar a dimensão de documento na Documentação Jurídica.

1.2 Procedimentos Metodológicos

A revisão de literatura compreendeu as áreas de Documentação, Documentação Jurídica, Ciência do Direito e Diplomática (como ciência que descreve os documentos).

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do resultado de levantamento efetuado nas seguintes bases de dados: Banco de Dados Bibliográfico da Universidade de São Paulo – Dedalus; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo; Biblioteca da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); e legislação disponível no site da Presidência da República e do Senado Federal.

A bibliografia consultada compreendeu o resultado de levantamento bibliográfico em bases de dados e textos indicados pelos professores doutores participante da banca de qualificação do presente trabalho.

No caso da Documentação Jurídica e da Documentação nacional, como intuito de se realizar uma pesquisa exaustiva foi efetuada pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT, Base de dados Peri, periódicos especializados em Ciência da Informação disponível na Internet e Anais do ENANCIB. Como fonte de informação secundária foi também utilizada a obra *“Mapeamento da produção intelectual brasileira sobre informação jurídica”* compilada por Edilenice Passos, do qual foram selecionados os textos que tratavam da seguinte temática: documentação jurídica, documento jurídico, diplomática, fontes de informação jurídica e informação jurídica.

A escassez de literatura pertinente a Documentação nacional e Documentação Jurídica provocou a necessidade de se recorrer a aquisição de algumas obras raras e/ou esgotadas das quais totalizaram em oito catálogos e anais de congressos das décadas de 1970 a 1990 e de sete livros todos com temática relacionada a própria Documentação Jurídica ou ao Direito correspondendo a obras do início do século XX. Por outro lado, tais limitações oportunizaram a localização de obras raras e inéditas que manifestam a penetração do pensamento de Otlet no Brasil como as obras de José Fernandes Moreno e da Revista Diretrizes da Documentação.

Ainda a esse respeito, observa-se que como a pesquisa compreendeu o levantamento de obras correspondente ao final do século XIX foi necessário realizar a consulta in loco

em certos casos. Essa limitação suscitou certas lacunas, pois algumas obras importantes como as *Pandectes Belges* não foram localizadas devido a extravio, indisponibilidade ou pelo fato do título não corresponder exatamente ao tema representado.

O quadro referencial teórico foi fundamentado sob o ponto de vista do Direito, da Documentação otletiana e da Ciência da Informação, das quais procuramos destacar em especial as diretrizes da Documentação e o pensamento de Paul Otlet.

Nesta pesquisa, de natureza descritiva se examinou fontes documentais para identificar a interface entre a Documentação otletiana e a Documentação Jurídica e para analisar a dimensão da definição de documento jurídico focalizando os subsídios conceituais que podem contribuir nas formas de organização da informação, através do cotejamento baseada na perspectiva da Documentação, Direito e da Diplomática.

Realizamos um estudo comparativo entre os termos e características presentes na definição de documento compreendida no Direito, na Documentação e na Diplomática, esta última como disciplina que se ocupa do estudo de documentos de natureza jurídica. Para delimitar a abrangência do estudo, optou-se por realizar a comparação partindo de documentos administrativos, convencionados no modelo impresso os quais em grande maioria estão presentes na Documentação Jurídica.

Conforme observamos, a falta de uma produção nacional sistemática sobre o assunto dificultou algumas etapas do estudo. Acrescenta-se a isso a dificuldade de obtenção de textos do próprio Otlet como a edição original francesa do "*Traité de Documentation*" e "*Selected Essays of Paul Otlet in the FID*" reeditada por Rayward que auxiliaram na reconstituição de seus desenvolvimentos teóricos. Além disso, outras publicações de Otlet de relevante importância não foram localizadas como "*Un Peu de Bibliographie*", "*Something about Bibliography*" e "*Les documents et la Documentation: historique, conception, espèces, parties, fonctions, opérations*", todas citadas por Rayward.

Por fim, observamos que a limitação de acesso à literatura sobre a fundação e desenvolvimento da Documentação no Brasil e da Documentação Jurídica nacional, pode ter causado imprecisão em certos aspectos da pesquisa.

2. A Documentação a Documentação Jurídica

No final do século XIX, a Documentação despontaria como grande influência para diversas áreas preocupadas com a organização e recuperação da informação, dado o crescimento contínuo de documentos e de periódicos científicos produzidos nesse período. A resposta para essa demanda surgiria da concepção inovadora de documento proposta por Paul Otlet, que provocaria a ruptura com a forma tradicional de se lidar com o conhecimento registrado, até então conhecido.

Com base em convicções pacifistas e internacionalistas, Paul Otlet em parceria com Henri La Fontaine funda a Documentação, partindo da perspectiva de que o progresso da humanidade proporcionada através da democratização do conhecimento seria um meio para alcançar a paz mundial.

O pensamento progressista de Otlet está expresso em sua principal obra, o “*Traité de Documentation*” no qual institui o campo de investigação da Documentação, define “o documento” como objeto de estudo, propõe métodos e técnicas aplicadas e estabelece relações com outros campos científicos. Em sua concepção teórica, atribui um valor intrínseco à informação ao realizar um estudo sistemático do livro e de outras modalidades documentais que até então não eram admitidas. Dedicar-se em ampliar o conceito de documento, permitindo o seu reconhecimento em suportes variados.

Otlet manifesta sua compreensão de documento de maneira simples e inovadora: “[*les documents*] sont expressions écrites des idées, instrument de leur fixation, de leur conservation, de leur circulation, ils sont les intermédiaires obligés de tous le rapports entre les hommes” (OTLET, 1934, Présentation)¹. Com efeito, esta obra singular e sem precedentes, viria a ser reconhecida como berço da Documentação e uma das origens da Ciência da Informação (CI).

Considerado um homem de grande erudição, ao longo de sua carreira Otlet realizaria

¹ “[os documentos são a] expressão escrita das ideias, instrumentos de sua fixação, conservação e circulação, os documentos são os intermediários obrigatórios de todas as relações entre os homens” (OTLET, 1934, Présentation, tradução nossa).

um trabalho monumental, concebendo diversas obras com a finalidade de promover a socialização do conhecimento. Entre seus projetos estão: criação da Classificação Decimal Universal, do Princípio Monográfico e o desenvolvimento de tecnologia de fichas padronizadas. Além disso, foi responsável pela concepção de obras de cunho universalista como o Repertório Bibliográfico Universal (RBU), a Enciclopédia Documentária e o Mundaneum.

Santos (2006) ressalta que os conceitos propostos por Otlet têm subsidiado e fomentado novas pesquisas epistemológicas no campo da CI, com base em teorias acerca da informação registrada. Desde a década de 1970, o trabalho de Otlet vem sendo retomado e revitalizado por diversos pesquisadores de diferentes países, dentre os quais se destacam W. Boyd Rayward, Michael Buckland, Bernd Frohmann, López Yepes, J.M. Izquierdo Arroyo, Sagredo Fernández, entre outros.

No Brasil, Fonseca (1961) sinaliza que a Documentação começou a ser difundida no princípio do século XX, mas somente em meados da década de 1940 que as ideias de Otlet passam a exercer uma influência mais perceptível, sobretudo no Serviço Público Federal. A manifestação deste fenômeno surgiu com a divulgação dos estudos de Otlet e de artigos de outros autores nacionais na Revista do Serviço Público, cuja permanência do tema foi de significativa importância no interim dos anos de 1944 e 1961, tendo sido reeditada duas décadas depois com o título “Diretrizes da Documentação” pelo DASP.

No mesmo período surge a Documentação Jurídica que cresce rapidamente e alcança grande destaque no campo pragmático através da criação de serviços especializados. Na década de 1970, a área vive uma fase áurea com o fortalecimento da categoria e o surgimento da CBDJ e dos Grupos Jurídicos. Em poucos anos, a área se torna um campo proeminente da Ciência da Informação.

Compreender as diretrizes da Documentação e o percurso percorrido por Otlet e La Fontaine, torna-se indispensável para entender os aspectos metodológicos, teóricos e epistemológicos que edificaram o campo da Documentação e da Ciência da Informação, os quais se configuram como bases fundadoras da Documentação Jurídica e bojo de sua evolução.

2.1. O despertar da Documentação

A Documentação, como campo disciplinar, nasceu do resultado dos esforços empreendidos por dois advogados, Paul Otlet e Henry La Fontaine, em meados do final do século XIX e início do século XX, em Bruxelas, na Bélgica.

A Europa vivia um período profícuo, marcado por várias descobertas científicas e pelo aperfeiçoamento de processos industriais com invenções de equipamentos e de novas máquinas. Com a Revolução Industrial deflagrada em toda Europa e Estados Unidos esta fase seria distinguida pela disseminação do conhecimento e crescente consumo. Para promover o acesso aos inventos, produtos e serviços, multiplicaram-se as apresentações em feiras e exposições universais. Simultaneamente ampliou a propagação da imprensa periódica, oportunizando o crescimento de periódicos especializados, dos cadernos profissionais e da imprensa popular através dos jornais (BURKE, 2012).

Com o estímulo da grande ebulição intelectual ocorre à fundação de inúmeras sociedades e de associações que visavam o apoio e o desenvolvimento de pesquisas em vários campos do saber. Esse quadro tornaria propícia a onda de publicações especializadas nas últimas décadas do século XIX. Rapidamente, estes eventos favoreceriam o surgimento de novas formas de registro que exigiriam maior especificidade no tratamento da informação.

Em consequência do crescimento exponencial da produção gráfica eclode o Movimento Bibliográfico, liderado por Paul Otlet e Henry La Fontaine. Participaram também deste movimento cientistas, pesquisadores, bibliógrafos e bibliotecários, além de outros profissionais interessados em discutir soluções para o problema do “*caos documentário*”, gerado em função do avanço científico e tecnológico do período.

A inspiração para refrear as dificuldades iria florescer no bojo da Bibliografia que desde os trabalhos precursores de Trithem e Gesner (respectivamente séculos XV e XVI) havia se firmado pela tradição e perícia em lidar com problemas de organização bibliográfica. Assim, o estudo da bibliografia passou a ser objeto de interesse destes advogados que procuraram aprimorar suas técnicas e métodos com o intuito de controlar e divulgar o material bibliográfico adequadamente (ZAHER & GOMES, 1972).

Compreendida como ciência do livro, a Bibliografia ocupava-se da pesquisa de textos, de sua indicação, descrição e classificação com o objetivo de criar instrumentos que auxiliassem na busca e na organização, a fim de facilitar o trabalho intelectual. Estas operações matriciais estão presentes no repertório bibliográfico desenvolvido por Otlet como também fazem parte da gênese da própria Documentação (BRADFORD, 1961).

Shera e Egan (1961) explicam que a Bibliografia esteve profundamente vinculada a Biblioteconomia por mais de quatro séculos, até Otlet e La Fontaine desenvolverem e sistematizarem a Documentação. Na opinião destes autores, entre as razões que levaram os bibliotecários a se afastar das dificuldades em lidar com a análise e organização do conhecimento escrito fora a crença centrada na educação das massas, questão que foi intensificada com o fortalecimento da biblioteca pública que passou a ser considerada como uma agência educacional e instrumento para ampliação do processo educativo capaz de estender os privilégios da educação a qualquer cidadão. De diferente modo, Otlet preocupou-se em focalizar a informação especializada e utilizada para fins técnicos e científicos.

No final do século XIX, era crescente a convicção de que a educação universal centrada na importância do indivíduo era a chave do progresso e do aperfeiçoamento da sociedade. A necessidade de democratizar a educação estendendo seus privilégios a todos os setores da população alteraria o rumo da biblioteca de forma definitiva. A dinâmica da sociedade, impulsionada pelo Iluminismo, Revolução Industrial e mercantilismo, havia tornado imprescindível à contratação de operários alfabetizados e habilitados para determinadas tarefas. Nesse período de transição, a biblioteca pública atuava de forma mediadora, condição que elevou seu status e importância (SHERA & EGAN, 1953).

Em paralelo aos eventos da Documentação (que era essencialmente europeia), a biblioteca pública desfrutava um período de grande expansão nos dois lados do Atlântico, isto é, Europa e Estados Unidos. Ortega (2004) corrobora com a visão de Shera & Egan e avalia que o movimento de criação e disseminação das bibliotecas públicas pode ter afastado a atenção dos bibliotecários dos processos de análise e de representação do conhecimento, já que eles focalizaram a função mais educativa.

De fato, algumas inovações voltadas para o conhecimento registrado vinham ocorrendo fora do âmbito da biblioteca e apesar das associações de bibliotecários abordarem a necessidade de expansão dos serviços para atender essa nova demanda, permitiam o deslocamento de muitos serviços bibliográficos para profissionais externos à área. Assim, quando os problemas relacionados à organização bibliográfica se tornaram críticos, os documentalistas ocuparam o espaço ignorado pelos bibliotecários e com vistas a atender as necessidades informacionais demandada pela sociedade, em especial das comunidades científicas, se apropriaram e aperfeiçoaram as técnicas que eram originalmente utilizadas no campo da Biblioteconomia (SHERA & EGAN, 1961).

O problema que inicialmente tinha apenas cunho prático fez com que essa atividade despertasse o interesse de cientistas, pesquisadores, bibliotecários e profissionais de vários campos do conhecimento. Em decorrência dessa mobilização nasce a Documentação, quando Otlet e La Fontaine estabelecem as bases do Movimento Bibliográfico Europeu.

Portanto, pode-se dizer que foi a partir desse período que as linhas de evolução da Biblioteconomia e da Documentação seguiram cursos distintos, devido as diferentes formas de lidar com os registros do conhecimento. A biblioteca focalizou seu interesse na participação do sistema educacional e no suporte ao cidadão comum enquanto a Documentação manteve sua atuação focada na organização do conhecimento de áreas especializadas, com ênfase no conhecimento científico.

Para Smit e Tálamo (2007), a Documentação foi concebida com a finalidade primordial de alcançar a síntese da informação. No escopo dos seus objetivos está a coleta, a descrição e a análise informacional. As técnicas aplicadas para o seu desenvolvimento caracterizam-se pelo tratamento do conteúdo do documento e pela utilização de inovações em seus processos (como o uso de fichas padronizadas).

Nesse sentido, o interesse focalizado pela Documentação e pelos documentalistas, sempre esteve voltado para uma análise de conteúdo detalhada e mais profunda, para o registro e para a classificação da informação, esta última não circunscrita aos livros. Estas práticas se distinguiam justamente pela forma de tratamento dos documentos e pela diversidade de tipos de registros de informação com os quais se trabalhavam.

Para consolidar a Documentação, Paul Otlet estabelece metodologia e princípios voltados para o tratamento documentário, os quais independiam do suporte. Esses métodos privilegiavam especialmente a recuperação da informação e a otimização do seu uso. Um aspecto relevante é que os métodos trabalhados consideravam a padronização, a racionalização, a sistematização e o aprimoramento das tarefas.

Preocupado em dar um caráter científico a Documentação, Otlet publica sua maior obra, o *“Traité de Documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique”*, em 1934, onde expõe seus princípios e fundamentos e apresenta a sistematização de uma metodologia aplicada. Reflete sobre os problemas gerais e práticos do campo. De forma pormenorizada e criteriosa, exhibe um estudo profundo sobre o livro, e ao longo dos capítulos, discorre sobre a natureza de diversos tipos de documentos (até então não reconhecidos como elemento comum de uma coleção de Biblioteca), conceituando-os e apresentando a metodologia aplicada para o tratamento documentário. De maneira rigorosa, propõe normas e aponta a sistematização e sua aplicação no campo pragmático.

Segundo a visão de Otlet a Documentação:

“est une science d’observation qui, une fois arrivée à l’expression de certains rapports généraux, se sert de la méthode déductive pour en généraliser les données, et des méthodes de combinaison et d’invention pour imaginer des données nouvelles. Les chercheurs ont pour objet de déterminer les propriétés du livre et du document, et moyennant celles-ci, leur nature spécifique conséquemment les lois de leur action. L’objet de recherche est ou la découverte des causes ou celle des lois et la définition des types”. (OTLET, 1934, p. 23).²

² “é uma ciência de observação, que uma vez chegada a expressão de certas relações gerais, se serve do método dedutivo para generalizar seus dados, e dos métodos de combinação e de invenção para imaginar novos dados. As investigações têm como finalidade determinar as propriedades do livro e do documento e com estas, sua natureza específica, segundo as leis de sua ação. O objeto de investigação é a descoberta das causas ou das leis e a definição dos tipos” (OTLET, 1934, p. 23, tradução nossa).

No *Traité de Documentation*, Otlet evidencia a organização da informação registrada, fazendo surgir conexões dos registros com as ferramentas e procedimentos técnicos adotados. De maneira simples e direta, explica que os objetivos perseguidos visa oferecer sobre todo tipo de fato e de conhecimento informações documentadas. Ressalta que seus métodos são distintos dos aplicados na Biblioteconomia (a qual considera ultrapassada). Preocupa-se em estabelecer operações e técnicas para organização de conteúdos, com o intuito de promover a recuperação e o acesso da informação. De forma perspicaz e autêntica, sua obra abrange tanto o objeto como o método.

A síntese de sua obra é apresentada em cinco capítulos. Na primeira parte do Tratado, Otlet expõe sua concepção de documento e estabelece os fundamentos da Documentação com base na Bibliologia (ciência do livro) que ele utiliza como diretriz para criar uma teoria geral a partir da perspectiva científica, ampliando o objeto de estudo do livro para o documento.

Na fundamentação de sua teoria, Otlet apresenta a proposta de criação do campo da “Bibliologia ou Documentologia” de forma indissociável, definindo-a como ciência do livro e da Documentação. Lopez Yepes (1978) explica que Bibliologia, Documentología e Documentação são termos equivalentes, utilizados por Otlet para designar a ciência geral do documento. Por conseguinte, o termo “documentação” foi definido por Otlet com o objetivo de explicitar de forma abrangente a organização das fontes de conhecimento e de diferenciar do que era tradicionalmente associado ao termo “bibliografia” (RAYWARD,1997).

De acordo com Rayward (1994; 2005) Otlet já se dedicava aos estudos da Bibliologia há mais de quatro décadas quando o *Traité de Documentación* foi publicado. E explica que em 1902, quando publicou o ensaio intitulado “*Something about Bibliography*” Otlet demonstrou que a função da Bibliografia consistia em auxiliar na identificação e na organização do material bibliográfico. Portanto, a Bibliologia é a pedra angular do *Traité de Documentación* e base das reflexões de Otlet, estabelecida por este como uma ciência geral que compreende o conjunto sistemático de dados relativos à produção, conservação, circulação e utilização dos diversos tipos de documentos (OTLET, 1934, p.9).

Estival (1986) clarifica que a Bibliologia era uma ciência descritiva e histórica dedicada ao estudo do livro, cuja evolução se consolida entre o final do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, sobretudo com o trabalho empreendido por Otlet que reelaborou a sistemática da Bibliologia e da qual traçou as linhas primordiais do Tratado de Documentação.

Para fixar os fundamentos da Documentação foram postulados oito princípios, a saber: “1. *universelles quant à leur objet*; 2. *sûre et vraies*; 3. *complètes*; 4. *rapides*; 5. *à jour*; 6. *faciles à obtenir*; 7. *réunies d’avance et prêtes à être communiquées*; 8. *mises à la disposition du plus grand nombre*” (OTLET, 1934, p.6)³.

A segunda parte do *Traité* exhibe um estudo pormenorizado do livro e de outras modalidades de documentos. Nessa abordagem, são assinalados tanto os elementos característicos materiais e intelectuais de cada modalidade documental, como também são tratadas questões relacionadas à organização, utilização e os institutos (oficinas bibliográficas, bibliotecas, museus e arquivos) que realizam seu tratamento.

Na terceira parte foi realizado um breve estudo da Bibliologia comparada, que discorre sobre o desenvolvimento do livro e de sua história, contemplando as escolas e correntes literárias em vários países. Na quarta parte, são propostos os métodos aplicados à organização dos documentos, suas normas e operações práticas. Neste capítulo em especial, Otlet dedicou um tópico para tratar exclusivamente da classificação, abordando desde o ato de classificar, os tipos de sistemas vigentes até a própria Teoria da Classificação.

A última parte é reservada para realizar a apresentação das leis da Bibliologia, das leis universais e de outras leis do campo científico, sendo apontadas as relações recíprocas entre estas com a Documentação, proposta que visa inseri-la no conjunto das ciências sociais.

³ “1. *universais quanto ao seu objeto*; 2. *confiáveis e verdadeiras*; 3. *completas*; 4. *rápidas*; 5. *atualizadas*; 6. *fáceis de obter*; 7. *previamente reunidas e prontas para serem comunicadas*; 8. *colocadas à disposição do maior numero de pessoas*” (OTLET, 1934, p.6, tradução nossa).

Um dos aspectos pouco debatido no *Traité de Documentation* refere-se à terminologia. Otlet destaca sua importância, mas não dedica capítulo específico para tratar do tema. A questão é focalizada considerando termos e conceitos emanados do livro e da palavra Documentação. A exposição de Otlet evidencia que a área enfrenta um problema recorrente no campo das ciências sociais originada pela dificuldade de fixação terminológica, que em geral induz ao uso de termos da linguagem natural. Para justificar o assunto, partindo da lógica como base, Otlet explica:

“Comme toutes les sciences, la Bibliologie doit avoir et possède effectivement une nomenclature, c’est-à-dire une collection de termes techniques. Malheureusement, comme pour l’Economie politique et Sociologie en general, la plupart des termes de la Bibliologie sont empruntés au langage usuel. Il manque des termes spécialisés ou des définitions fixant le sens conventionnel des termes usuels. Ce n’est pas définir un mot que d’expliquer sa valeur philosophique ou métaphysique en lui laissant toutes les significations vagues du langage habituel. Définir un mot au point de vue d’une science c’est délimiter exactmant et avec précision le sens au point de vue de la science envisagée” (OTLET, 1934, p. 12).⁴

Ao analisar os termos adotados no Tratado verifica-se que estes, amiúde remetem a procedimentos e instrumentos que regulam as aplicações práticas, não favorecendo (necessariamente) a constituição de termos que remetam a conceitos específicos e distintivos.

⁴ “como toda ciência, a Bibliologia deve efetivamente possuir uma nomenclatura que quer dizer um conjunto de termos técnicos. Infelizmente, como ocorre na Economia política e na Sociologia geral, a maioria dos termos da Bibliologia são emprestados da linguagem comum. Ela carece de termos ou definições especializadas que fixam o sentido convencional de termos comuns. Isto é, não para definir um termo e explicar seu valor filosófico ou metafísico, mas deixar de lado todos significados vagos da linguagem usual. Definir um termo do ponto de vista de uma ciência é exatamente definir com precisão o sentido proposto do ponto de vista desta mesma ciência” (OTLET, 1934, p. 12, tradução nossa).

Contudo, convém explicar que nos anos iniciais de seus estudos bibliográficos, Otlet identificou essa limitação no campo das ciências sociais, encontrando no Direito uma das poucas situações distintas. Em referência a este assunto Otlet elucida:

“Um modelo de la misma podría hallarse en la terminología de la ley que había adquirido una precisión similar a la química por el hecho de haber sido utilizada durante siglos. En legislación, un término no sólo evocaba el objeto nombrado, sino además por “lógica asociación”, todas sus características y atributos. Aún más, el “argumento” que precede a las anotaciones o decisiones de un proceso judicial comprende cinco o seis términos de decreciente generalidade que permiten llegar logicamente al indicio de un hecho concreto. Idealmente, sobre este modelo, cada tarjeta de un repertorio bibliográfico debería tener su propio “argumento” compuesto con términos de una “tabla sinóptica”, dispuesto para que en él se pueda proceder de lo general a lo particular” (OTLET citado por RAYWARD, 2005, p. 35).⁵

A fala de Otlet evidencia que os estudos acerca da terminologia foi uma preocupação sempre presente para Otlet, visto que a classificação está no cerne do trabalho de Documentação. De outro modo, pode-se inferir também que o Direito e as Ciências Sociais subsidiaram o desenvolvimento de suas pesquisas, possibilitando a comparação com outros campos de saberes como as Ciências Naturais.

⁵ *“Um modelo da mesma poderia ser o da terminologia da lei que havia adquirido uma precisão semelhante a da Química por ter sido usada durante séculos. Na legislação um termo não somente evoca o objeto nomeado, mas também por associação lógica, todos os seus atributos e características técnicas. Além disso, o “argumento” que antecede as entradas ou decisões de um processo judicial compreendem cinco ou seis termos de generalidade decrescente que permitem chegar logicamente ao indício de um fato concreto. Sobre este modelo, idealmente, cada cartão de um repertório bibliográfico deveria ter seu próprio “argumento” composto com os termos de um quadro sinóptico, disposto para que se possa proceder do geral ao particular” (OTLET citado por RAYWARD, 2005, p. 35, tradução nossa).*

Em função da complexidade do seu objeto de investigação, Otlet (1934) entende que a Documentação deve ser composta por um corpo sistemático de conhecimentos compreendidos: a) como ciência e doutrina, a fim de desenvolver estudos tanto históricos como teóricos para compreender seu objeto de forma ampla; b) como tecnologia, para analisar os métodos relacionados à produção e aplicação prática, abarcando todo o seu ciclo de operações compreendendo desde a produção do documento, circulação, uso, conservação e distribuição; c) e por último como organização, através do estudo dos esforços individuais, institucionais e de cooperação documentária em todos os campos.

Lopez Yepez (1978, p. 47) observa que de modo análogo, o objeto da Documentação é o “*ser documentado*”, assim como o objeto da Lógica é “*ser racional*”. Conforme destaca, a Documentação como ciência pode ser colocada em paralelo com a Lógica, pois ambas caracterizam-se pela extrema simplicidade e pela extensão ilimitada.

No que se refere à metodologia aplicada na Documentação observa-se que são utilizados os mesmos métodos válidos para outras ciências. Para inserir a Documentação no quadro científico, Otlet buscou parâmetros metodológicos tanto nas ciências naturais como nas ciências exatas como a matemática, aplicando-a na Documentação através da Bibliometria e da Estatística. Estivals (1986) enfatiza que Otlet foi precursor em abordar de forma sistemática os problemas suscitados pela quantificação intelectual. Numa época em que a Econometria era recém-surgida, Otlet já aplicava a noção de metria ao livro, definindo o estudo quantitativo num termo fixado como Bibliometria.

Bradford (1961) relata que a função social da Documentação não foi plenamente compreendida de imediato e só lentamente sua importância foi revelada sendo reconhecida como uma ciência que organiza os documentos produzidos como materialização do conhecimento humano por meio da informação registrada. Nessa perspectiva, o trabalho do documentalista tem por finalidade prover o acesso do especialista (criador) à literatura corrente de seu campo de investigação, de modo que este possa tomar pleno contato com produções de seu interesse, evitando a duplicação de esforços e/ou dispersão na realização de tarefas já executadas.

Ocorre que inicialmente a origem da Documentação esteve muito associada a resoluções de problemas bibliográficos de âmbito prático em áreas de conhecimento

aplicado. Porém, Rayward (1997) sustenta que esta não se limita a um conjunto simplificado de tarefas técnicas, posto que suas diretrizes foram estabelecidas dentro de uma estrutura conceitual sofisticada e sistematizada, envolvendo em sua construção teórica uma nova formação discursiva e interação com outros campos do saber.

Tálamo e Smit (2007) concordam com essa visão e inferem que a Documentação teve sua origem associada ao valor da informação fabricado na geração de um conhecimento científico cada vez mais objetivo e especializado. Por isso, se aproxima do modelo de cientificidade moderna pelo rigor e critérios metodológicos, pois ao estabelecer formas de organização de conteúdos com o intuito de permitir a recuperação e o acesso da informação, abrange os métodos e o objeto como também focaliza sua sistematização.

Quando o *Traité de Documentation* foi publicado, Otlet estava com 66 anos e La Fontaine com 80 anos. Em 1937, três anos depois, o Congresso Mundial de Documentação Universal realizado em Paris (na Exposição Internacional de Artes e Técnicas), marcam a maturidade e término da Documentação conforme os moldes originalmente proposto (ORTEGA, 2009 apud FAYET-SCRIBE, 2001). Contudo, os ideais e frutos deste trabalho se propagam pela França, Espanha, Portugal, Alemanha, Rússia, Estados Unidos e Brasil e prosseguem em desenvolvimento no seu processo de cientificação, pela elaboração de abordagens localizadas por estas respectivas correntes.

Observa-se que dos países citados, a França em especial se destaca por normalizar e consolidar o trabalho da Documentação, através de Suzanne Briet, uma funcionária da Biblioteca Nacional da França, que dá seguimento ao trabalho realizado por Otlet, tornando-se sua discípula mais célebre, sendo considerada por Buckland como pioneira da Ciência da Informação.

A obra de Otlet percorreu mais de meio século em busca de uma identidade acadêmica, para encontrar um conhecimento que se tornaria imprescindível para a revolução científica. Porém, a Documentação pragmática ou científica, ainda tem lacunas conceituais e metodológicas que precisam ser consideradas e superadas.

Aos esforços empreendidos por Otlet e La Fontaine para fundação do Instituto Internacional de Bibliografia, divulgação da Documentação e sua propagação no Brasil dedica-se os tópicos a seguir.

2.2 O percurso jurídico de Otlet e La Fontaine

No fragmento anterior procuramos explicitar o surgimento da Documentação e o papel do *Traité de Documentation* para o seu reconhecimento. Para compreender a influência do Direito no trabalho de Otlet e La Fontaine, foi feito um breve recorte biográfico e a contextualização dos eventos vinculados a área jurídica até o estabelecimento da célebre parceria com a criação do IIB – Instituto Internacional de Bibliografia.

Quando Paul Marie Ghislain Otlet nasceu, em 1868 em Bruxelas, fazia três anos que Leopoldo II havia sucedido seu pai, assumindo o reinado na Bélgica. O país vivia uma fase próspera de desenvolvimento industrial, apesar de enfrentar conflitos internos pela falta de um idioma (eram adotados o neerlandês, o francês e o alemão) comum e por problemas educacionais atrelados a rápida industrialização.

Em 1831, a Bélgica havia conquistado sua independência e neutralidade perpétua e o país passou a ser regido por uma monarquia constitucional e democracia parlamentar. O rei compartilhava o poder com o Legislativo e com a Câmara de Representantes do Senado. O modelo de Constituição adotado foi o laico, baseada no código Napoleônico. Em função dos eventos desse período, esta foi revista à primeira vez em 1893, depois em 1921, passando por algumas alterações no interim das décadas e 1970 a 1990.

Apesar da prosperidade e do grande desenvolvimento intelectual do período, o sufrágio universal, isto é, o direito ao voto, só foi introduzido para os homens após uma greve geral no ano de 1893 e para as mulheres em 1949. Um dos eventos, que marcaram essa época foi a exploração da colônia do Congo (obtida em 1885) por Leopoldo II (HOCHSCHILD, 2000). Embora sempre tenha contado com suporte financeiro do governo, Paul Otlet, em virtude de suas convicções pacifistas, discordava completamente deste tipo de exploração e manifestava sua posição a esse respeito.

Os principais partidos políticos do país eram o liberal e o católico os quais emergiram também nesse período. A educação e o ensino foram grande causa de disputas entre estes, provocando até o rompimento com o Vaticano, quando os liberais impuseram seus princípios laicos. A Bélgica do final do século XIX vivenciou um período de crescimento científico em que o positivismo disfrutava de certa popularidade. Este era o cenário delineado nos primeiros anos de vida de Otlet.

Nascido em uma próspera família da alta burguesia belga, tanto os familiares de seu pai quanto de sua mãe, eram na maioria empresários e advogados. O pai, Edouard Otlet, além de empresário de renome internacional, chegou a se dedicar à política e foi senador e membro do parlamento.

Na juventude, foi um aluno dedicado que demonstrava entusiasmo pela religião e inclinação para a ciência. Optou pela segunda aos dezessete anos, quando movido por ideais altruístas declarou que havia analisado o cristianismo como filosofia e como ciência e havia decidido se formar advogado para cumprir seus deveres como cidadão (RAYWARD, 2005, p. 9).

A partir da adolescência, seu tio materno Paul Héger, fisiólogo e professor da Université Libre de Bruxelles, teve papel importante na sua formação intelectual, principalmente no que refere ao seu crescente fascínio pela ciência. Outra pessoa que exerceu grande influência foi Edmond Picard, jurista brilhante e um amigo próximo do pai de Otlet. Picard possuía grande prestígio no meio jurídico, visto que já havia atuado no Tribunal de Recurso de Bruxelas e sido membro da Suprema Corte. Por diversas ocasiões também atuou como presidente da Ordem dos Advogados e foi o fundador do Jornal dos Tribunais e das famosas *Pandectes Belges* uma enciclopédia jurídica.

No decorrer da formação universitária, o interesse de Otlet pelo campo do Direito não manteve o mesmo fervor, e ele cogitou desistir de se tornar advogado, mas como aconteceu em outras oportunidades Picard teve papel decisivo sempre o animando. Destarte, logo depois de se graduar em Direito em 1890, ele iniciou um estágio em seu escritório de advocacia.

No começo de sua carreira jurídica, Otlet em conjunto com a equipe de estagiários trabalhou na elaboração de bibliografias especializadas, que resultava na publicação periódica das *Pandectes Belges* uma enciclopédia de Direito voltada para a jurisprudência belga com mais de 130 volumes publicados. A denominação atribuída à publicação referia-se ao “*Corpus Juris Civilis*”, obra clássica da jurisprudência publicada por ordem do imperador bizantino Justiniano I, reconhecida oficialmente como *Digesto* ou *Pandectas* que em latim significa “*pôr em ordem*” (SANTOS, 2001, p.271).

Para Otlet o trabalho com as *Pandectes Belges* se configuraria em uma experiência relevante, sendo seu contato preliminar com a organização bibliográfica. Nesse período a publicação já contava com doze anos de existência, possuía grande respeito e era considerada uma referência de alcance internacional, inclusive no Brasil, sendo citada em “Obras Completas de Rui Barbosa: Trabalhos Jurídicos, de 1909” (BARBOSA, 1909).

FIGURA 1 – Paul Otlet jovem advogado e cientista

Fonte: Mundaneum (disponível em: <http://www.mundaneum.org/>)

Em 1891, após adquirir alguma experiência bibliográfica prática com este primeiro trabalho, Otlet, juntamente com Pierre Blanchemanche, Joseph Cassiers e Max Hallet, edita outra publicação sob a supervisão de Picard, intitulada “*Sommaire périodique des revues de droit*”. Desse novo desafio, resultou a compilação dos sumários de todos os

artigos e estudos jurídicos publicados em periódicos belgas e estrangeiros. Em parceria com Cassiers e Blanchemanche, Otlet mantém atualizações dessa publicação mensal até 1893. Estes trabalhos são assinalados como as primeiras experiências de Otlet no campo da bibliografia (RAYWARD, 2005).

Nos cinco anos subsequentes, Otlet publicaria alguns trabalhos especificamente voltados para o campo do Direito e nestes artigos aborda temas relacionados à Sociologia do Direito, Direito Penal e Teoria Pura do Direito. Porém não prossegue com os estudos jurídicos, com raras exceções, restritas ao campo do Direito Internacional.

Inspirado pelos trabalhos preliminares realizados no escritório de Picard publica um primeiro ensaio em 1892, “*Un Pu de Bibliographie*”, referente suas experiências com a Bibliografia. Para Rayward (2005) este trabalho representa o princípio precursor do pensamento de Otlet e o estreitamento de sua relação com o positivismo. Não tardaria para que o círculo de eruditos no qual Otlet convivia, como também os colegas das sociedades e associações voltadas para pesquisa com os quais mantinha contato, mediassem o encontro com aquele que se tornaria o maior parceiro de sua vida.

Henry Marie La Fontaine tinha trinta e sete anos e era responsável pela Seção de Bibliografia da *Société des Études Sociales et Politiques*, em 1891, quando conheceu Paul Otlet, quatorze anos mais jovem. Nasceu em uma família rica e liberal de Bruxelas em abril de 1854. Seu pai era comissário do Banco Nacional e sua mãe vinha de uma família influente de Maastricht (OTLET, 1990).

Formado em Direito pela Universidade Livre de Bruxelas, aos 23 anos já havia se registrado como advogado no Tribunal de Recursos. Era um homem ambicioso e devido sua notória atuação no campo do Direito Internacional, adquiriu grande respeitabilidade, o que lhe conferiu reputação estabelecida como autoridade. Ao longo de sua trajetória, colecionou interesses múltiplos. Tornou-se um dos principais juristas da Bélgica. Foi um obcecado defensor do internacionalismo e sempre atuou em prol da paz internacional, sendo o primeiro socialista a ganhar o Prêmio Nobel, em 1913.

Durante mais de três décadas atuou como senador e alcançou grande destaque em atividades de arbitragem e relações exteriores como também na política social. Foi um reformador zeloso, se preocupou com questões atinentes ao direito do trabalho e educação, este último, um dos principais problemas da Bélgica. Dedicou-se ao ensino

do Direito. Foi um forte defensor do feminismo. Em 1901, escreveu “*La Femme et le barreau*”, no qual adotou uma posição avançada sobre o lugar das mulheres na profissão de advogado. Escreveu inúmeras leis e desenvolveu obras e trabalhos jurídicos, sobretudo acerca de temas relacionados ao Direito Internacional, arbitragem e paz (NOBELPRIZE, 2013).

A aproximação entre Otlet e La Fontaine ocorre em meados de 1891, quando Otlet se une à recém-fundada *Société de Études Sociales et Politiques* e passa a trabalhar na Seção de Bibliografia. Rayward (1997) acredita que eles já se conheciam. Não obstante, são as semelhanças que os aproximam. Ambos eram advogados, haviam estudado na mesma universidade e estagiado com Picard, trabalhando com a *Pandectes Belges*. O interesse comum pela Bibliografia e as afinidades ideológicas logo transformaria a colaboração de Otlet em uma frutífera sociedade.

Nos dois anos subsequentes, Otlet se dedica profundamente aos estudos da Bibliografia e em conjunto com La Fontaine desenvolve, sistematiza e amplia os serviços bibliográficos da Sociedade. Em 1893, modificam o nome da *Société de Études Sociales et Politiques* para *Office International de Bibliographie Sociologique* (OIB).

Desde, que publicara “*Un Pu de Bibliographie*”, Otlet vinha investigando e realizando comparações entre as ciências naturais e as ciências sociais, a fim de encontrar uma base científica para seu trabalho. Ele observou que nas ciências naturais não existia duplicação de esforços como nas ciências sociais e que os trabalhos dos pesquisadores e cientistas eram classificados logo que se tornavam conhecidos. Além disso, as descobertas eram registradas de imediato, para que seu uso por outros servisse de referência para o desenvolvimento. O problema por ele confrontado proporcionaria a base de trabalho de sua vida.

Ao analisar o livro, Otlet avalia que:

“seu aspecto exterior, forma e os dados do autor, tinham pouca relevância. O valor estava em seu conteúdo, o qual deveria ser conservado e formar parte de algo impessoal (corpo da ciência), criado para benefício de todos... Assim, o primeiro passo do programa bibliográfico desenhado por Otlet para dar

às ciências sociais o caráter positivo e documental das ciências naturais, era estabelecer uma classificação científica.”
(RAYWARD, 2005, p.34, tradução nossa).

Tendo como referencial as experiências anteriores das “*Pandectes Belges*” e do “*Sommaire périodique des revues de droit*”, ele conjectura que essa nova classificação deveria ser algo similar a um catálogo, o qual deveria ser organizado alfabeticamente por nome de autor e sistematicamente por matérias. Em sua concepção, idealiza que o material do catálogo deveria ser organizado e indexado para proporcionar o acesso à informação e para tal, concebe a organização dos assuntos contidos nos livros de forma individualizada e neutra.

Ao fragmentar o livro e pensar na recuperação da informação de forma isolada, Otlet arquiteta e concebe um novo modelo de classificação que até então não existia e nem estava disponível. Para sistematizar esse trabalho passa a adotar o uso de fichas padronizadas, as quais são agrupadas para representar os assuntos comuns. A adoção destas torna-se fundamental para refletir os assuntos e criar associações e vínculos entre estes, transformando o sistema próximo a um cérebro artificial. Posteriormente, o agrupamento do extenso catálogo de fichas reunido no *Office International de Bibliographie Sociologique* se tornaria conhecido como *Répertoire Bibliographique Universel* – RBU (RAYWARD, 1997).

Para tocar necessariamente no problema da classificação, Otlet começou a preparar alguns esquemas detalhados voltados para áreas pertencentes ao campo das ciências sociais. Em seus estudos preliminares, analisa que a forma de ordenação deveria ser precisa e muito sistematizada. Para tal, avalia que a ordenação deveria utilizar uma nomenclatura padronizada que contribuísse para a criação de uma linguagem científica (RAYWARD, 2005).

Ele observa que a Química havia instituído uma terminologia muito precisa que estava em uso há séculos e a compara ao campo do Direito. O sistema jurídico adotado na Bélgica na época era o romano-germânico, sendo caracterizado por resolver todas as querelas por meio da interpretação da norma (lei) vigente (GONZALES, 2009, p.73). Deste modo, Otlet avalia que em especial na Legislação, um termo não só evocava o

objeto nomeado, mas também (por associação lógica) todas as suas características e atributos. Em sua análise também “*observa que o argumento que precede as decisões de um processo judicial compreende cinco ou seis termos relativos à generalidade que permite chegar a um indício ou fato concreto*” (RAYWARD, 2005, p.35, tradução nossa).

A partir destas considerações, conclui que o ideal seria que cada ficha componente de um catálogo possuísse seu próprio quadro de termos (sinopse), procedendo do geral para o particular. Apesar dos elementos apontados não apresentarem todos os detalhes e mecanismos presentes em uma classificação especializada, as conjecturas pressupostas por Otlet, compreendem traços que se aproximam de uma linguagem documentária, isto é, vocabulário controlado. Todavia, a solução almejada por Otlet surgiria de uma forma inesperada.

No início de 1895, Otlet e La Fontaine têm acesso a uma cópia da Classificação Decimal de Melvil Dewey, e logo estudam e traduzem as principais divisões e subdivisões da classe de sociologia. Em março do mesmo ano, Otlet decide escrever a Dewey, solicitando sua autorização formal para desenvolver e utilizar a classificação. A resposta só retorna em um segundo contato, quando Otlet expõe os planos do projeto para conceber a organização de uma bibliografia universal baseada nos fundamentos da Classificação Decimal. Logo depois, quando Dewey retorna aos questionamentos, concede o direito para traduzir sua classificação (RAYWARD, 2005).

Otlet e La Fontaine concluíram que a Classificação Decimal possuía potencial para ir além da elaboração de um catálogo voltado para o campo do Direito ou mesmo para a área de ciências sociais, conforme projetado inicialmente. Os estudos indicavam que poderia servir de base para a construção de um catálogo para reunir todo o conhecimento universal. Seu uso viabilizaria a unificação do método de classificação utilizado em bibliotecas com o do repertório bibliográfico universal. Outro aspecto é que a forma em que foi estruturada possibilitaria a divisão e subdivisões ilimitadas das disciplinas (RAYWARD, 1997).

Como advogados e empresários, eles eram bem informados e concomitantes ao contato com a classificação de Dewey, tomam conhecimento de outras classificações, dentre as quais a dos americanos Amy Cutter e de Frederick Perkins. A possibilidade de

comparação viabiliza a certeza que, apesar da existência de outros modelos aplicados, a classificação desenvolvida por Dewey era a única que compensaria a aplicação de esforços. Para Otlet, pareceu factível e apropriado desenvolver o trabalho do *Office International de Bibliographie Sociologique* com base nesta classificação (BRADFORD, 1961; RAYWARD, 2005).

Dali por diante, o rumo do *Office International de Bibliographie Sociologique* mudaria de forma drástica em pouco tempo. Com o objetivo de obter apoio para expandir o trabalho realizado como também visando alcançar visibilidade e projetar a classificação, Otlet e La Fontaine rapidamente articulam ações para realizar uma Conferência Internacional de Bibliografia. Havia boas razões para a pressa. Em Londres, na *Royal Society*, estava tomando impulso um projeto para se formar uma espécie de bibliografia internacional similar à desenvolvida por eles.

Fundada em 1662, a *Royal Society* era uma sociedade secular de enorme prestígio e indiscutível autoridade. Há três décadas a entidade vinha organizando um catálogo de artigos científicos. Contudo, faltava-lhes um índice temático que a qualquer momento poderia ser elaborado dado o avanço das pesquisas. A ampliação do catálogo havia se tornado muito onerosa, consumindo os recursos da entidade que contava apenas com subsídios do governo. Por isso, em 1893 o conselho designou uma comissão para dar continuidade ao projeto por meio de cooperação internacional, obtendo contrapartida favorável junto à comunidade científica internacional. Desse modo, estava previsto para ocorrer em julho de 1896 uma conferência internacional onde seria discutida a elaboração de um catálogo completo, voltado para a literatura científica por nome de autor e por assunto. O evento seria promovido oficialmente com apoio do governo britânico (RAYWARD, 2005).

Para evitar concorrência, Otlet e La Fontaine, decidem realizar o evento do *Office International de Bibliographie Sociologique* naquele mesmo ano de 1895. Destarte, articularam a redação de um documento explicitando as bases do projeto no qual estabeleceram suas ideias acerca da organização de um repertório bibliográfico universal como base da futura organização bibliográfica internacional.

A proposta expõe que a Bibliografia havia ficado limitada pela falta de acordo e de cooperação entre os bibliógrafos, sendo sugerida a criação de uma entidade para

coordenar os esforços internacionais, cujos trabalhos seriam balizados pelo uso da Classificação Decimal combinada com as fichas móveis que permitiriam intercalar as entradas, eliminando as dificuldades técnicas aparentemente insuperáveis (RAYWARD, 2005).

A concretização do evento oportuniza a criação do *Institute International de Bibliographie* (IIB). Como Otlet e La Fontaine eram influentes e extremamente bem relacionados na esfera social e profissional, pessoas eminentes da sociedade belga, como o industrial e químico Ernest Solvay, apoiam financeiramente o programa. Nesse sentido, conseguiram ainda que o governo belga subsidiasse oficialmente a entidade. Essa seria uma condição crucial para o crescimento e expansão do *Institute International de Bibliographie* nos anos subsequentes.

Ao final, conseguem realizar a primeira Conferência Internacional de Bibliografia, estabelecendo a organização que desejavam para desenvolver seu próprio programa, obtendo também participação internacional (apesar de contar com maioria belga). Depois de um ano do evento, embora a Inglaterra e E.U.A. não tivessem demonstrado entusiasmo, a Conferência já havia sido citada em quase setenta revistas, tanto em publicações populares, literárias como científicas de diversos países. Em 1896, quando aconteceu o evento da *Royal Society*, a existência do *Institute International de Bibliographie*, a exposição do repertório bibliográfico universal e a adoção da Classificação Decimal já era um fato consumado (RAYWARD, 2005).

A fama e o posicionamento da *Royal Society* não intimidaram Otlet e La Fontaine. Burke (2012) observa que nesse período havia surgido uma profusão de sociedades eruditas, mas com processo de modernização muitas não sobreviveram devido à pressão por feitos científicos e a criação de disciplinas. Logo, era comum a constituição e dissolução de sociedades. Todavia, Otlet e La Fontaine continuavam a atuar como advogados e eram bem preparados para conduzir a sociedade.

A paixão pela Bibliografia não ofuscava os múltiplos talentos e nem limitava a determinação e postura empreendedora de ambos, que possuíam visão estratégica e objetivos bem definidos sobre a abrangência e alcance do negócio. Eram também, bem informados sobre os concorrentes. Ademais, a formação jurídica favoreceu na rápida resolução dos trâmites burocráticos que foram necessários para a elaboração do estatuto

e documentos oficiais da Conferência. A combinação de todos estes elementos fora fundamental para que alcançassem êxito.

Os resultados da conferência foram gratificantes. Haviam fundado o *Institute International de Bibliographie*, tinham aprovado a criação do repertório bibliográfico universal e ainda houve plena concordância dos participantes sobre o desenvolvimento da Classificação Decimal. O *Office International de Bibliographie Sociologique* ficou subordinado ao *Institute International de Bibliographie*, mas tendo garantia de ajuda permanente do Departamento do Interior e Instrução Pública, que passou a prover tanto o local para sediar a Oficina como para realizar aportes financeiros, com a devida justificativa da aplicação dos recursos.

FIGURA 2 – 1ª Conferência Internacional de Bibliografia (1895)

Fonte: Mundaneum (disponível em: <http://www.mundaneum.org/>)

Apesar de o governo belga responder pela tutela do *Office International de Bibliographie Sociologique*, Otlet, torna-se responsável pela direção geral do *Institute International de Bibliographie / Office International de Bibliographie Sociologique*. Ele contaria ainda com a ajuda de Maurice de Wulf (advogado e acadêmico na Universidade de Lovaina) que o auxiliaria com as atividades operacionais e de funcionamento, respondendo na ausência de Otlet pela Oficina (RAYWARD, 2005).

Como La Fontaine havia assumido há pouco tempo uma cadeira no Senado, absteve-se de participar formalmente da direção da nova instituição. No ano seguinte, ele e Otlet participaram de diversos eventos em vários países para divulgar o trabalho do *Institute International de Bibliographie*. No entanto, a partir desse ponto sua colaboração se limitaria mais a aspectos administrativos, pois sua atenção passaria a ser demandada por questões internacionalistas e pacifistas, dentre as quais a construção da Sociedade das Nações e a formação do Comitê Internacional para Cooperação Intelectual que dariam origem à UNESCO.

Otlet, cujo empenho e dedicação sempre estiveram voltados ao trabalho bibliográfico, se tornaria a figura central na direção dos trabalhos do *Institute International de Bibliographie* até meados da década de 1940. No interim de 1897 e 1910, aconteceriam outras quatro conferências antes da Primeira Guerra. Sob o seu comando, os trabalhos alcançariam grande projeção nas esferas nacional e internacional. O trabalho desenvolvido por Otlet teria grande abrangência, com a adesão e cooperação de profissionais de vários países. Em 1931, o *Institute International de Bibliographie* teria o nome alterado para *Institute International de Documentation* que seria alterado finalmente para *Fédération Internationale de Información e Documentación*, ou simplesmente, FID.

Sem dúvida, as pesquisas de Otlet tiveram suas bases solidamente ancoradas nas experiências bibliográficas realizadas no campo do Direito. Estas propiciaram as condições necessárias que permitiram dar alcance a projetos mais abrangentes com a concepção universalista de classificação do conhecimento. Contudo, a extensa bibliografia produzida ao longo de sua carreira com a publicação de inúmeros trabalhos em vários campos de especialidade (estatística, agronomia, contabilidade, engenharia, administração, dentre outras), atestam que ele não se limitou a um único campo do

saber, visto que era de seu desejo ver a Documentação enquanto campo científico, a serviço do conhecimento humano.

Como resultado de suas incessantes pesquisas e árduos esforços, Otlet deixaria para a humanidade um legado de extraordinário valor através de várias contribuições reconhecidas. Por questões particulares, ele atuaria por algum período ainda como empresário e advogado para gerir o patrimônio familiar. Entretanto, nas décadas seguintes até o final de sua vida se dedicaria a exercer seu maior talento, advogar em prol da socialização do conhecimento.

2.3 A Documentação no Brasil

Em um ambiente distinto do avanço científico e cultural vivenciado na Europa, quando a Documentação chega ao Brasil, a Biblioteconomia se encontrava ainda em fase embrionária. O país acabara de adotar o regime republicano e de ingressar no século XX, partindo de um modelo agrário, mas com a economia em recuperação, sendo fortemente centrada na exportação de café, cacau e borracha.

Nestas primeiras décadas do cenário nacional, destaca-se a primeira participação do Brasil numa conferência mundial (a Segunda Conferência de Paz) em 1907 representado pelo jurista baiano Ruy Barbosa e a promulgação em 1916, do primeiro Código Civil brasileiro (BOUCAULT, 2010; CORRÊA, 2010).

As atividades no campo científico já sinalizam crescimento sistemático no começo do século XIX com o surgimento de vários institutos técnicos. Além da Botânica, cujos estudos haviam sido iniciados ainda no século XVI, as áreas mais proeminentes eram as voltadas para o campo da Geologia e Mineração, Direito, Engenharia e Medicina Cirúrgica, sendo que especialmente com relação às três últimas, o governo articulou ações para formar bases para o ensino superior, visto que são consideradas áreas elementares para a formação de qualquer sociedade (SCHWARTZMAN, 2001).

De acordo com Fonseca (1961), as iniciativas de Otlet e La Fontaine chegam ao Brasil ainda nos primeiros anos de fundação do IIB, por intermédio de Juliano Moreira, médico, pesquisador e diretor dos Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia, quando este toma contato com a entidade em uma de suas viagens à Europa para

participar de alguns congressos, tornando-se em 1899, o primeiro membro brasileiro filiado. No ano seguinte Oswaldo Cruz adotaria o uso da Classificação Decimal Universal – CDU, na biblioteca do instituto de pesquisas por ele fundado.

Em 1901, o estudo “*A bibliografia universal e a classificação decimal*” de Victor da Silva Freire, engenheiro, acadêmico e diretor da Escola Polytechnica de São Paulo, foi publicado no anuário da instituição. Abordando a temática da classificação voltada para o campo da engenharia, este foi um dos primeiros trabalhos no mundo a exibir o índice da CDU na própria página de rosto, sendo numerado pelo *Institute International de Bibliographie* e registrado como parte de suas publicações (FONSECA, 1961).

Santos (2007) aponta que em sua obra, Freire defende a participação do Brasil na organização da Bibliografia Universal de Bruxelas. Validamente, acredita-se que o contato dele com o *Institute International de Bibliographie* não era recente.

Antes de retornar ao Brasil, Freire havia vivido por cinco anos em Liège, na Bélgica, trabalhando com construções de pontes pela *Société Internationale de Travaux Publics*. Fonseca também relata que foi através dele, que se soube que o *Institute International de Bibliographie* havia estabelecido uma representação no Centro de São Paulo, na Livraria Civilização, onde eram recebidas encomendas de fichas padronizadas, publicações e outros materiais. Ao analisar o vínculo destes dois brasileiros com os trabalhos iniciados em Bruxelas, não se pode deixar de notar que ambos eram docentes, pesquisadores e responsáveis pela publicação de revistas científicas em seus respectivos campos, elementos que os aproximavam dos interesses partilhados por Otlet e La Fontaine.

No que concerne à história da Documentação brasileira no início do século XX, Gomes (1982) afirma que nesse período os trabalhos do *Institute International de Bibliographie*, em especial com relação à CDU, já tinha sido bem divulgado no país, apesar não ter alcançado força e representatividade. No entanto, falar dessa fase implica em reportar a Manoel Cícero Peregrino da Silva, responsável pela direção geral da Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro por mais de vinte anos, o qual seria um dos grandes articuladores do cenário nacional, contribuindo de forma significativa.

Nascido em 1866, Manoel Cícero Peregrino da Silva era advogado, formado pela Faculdade de Direito do Recife, onde também concluiu o Doutorado em 1895. Foi

professor de Direito, escritor e ocupou diversos cargos relevantes na área da política e da Cultura. Atuou como diretor da Biblioteca Nacional entre 1900 e 1924, período em que realizou mudanças profundas na instituição. Possuía postura firme e ilibada reputação. Em sua gestão, destacou-se pela construção do atual edifício, pela reorganização da biblioteca e a criação do primeiro curso de biblioteconomia do país (FONSECA, 1972; CASTRO, 2000).

Compreendendo o papel preponderante da proposta de Bruxelas e com o intuito de alavancar a criação de uma rede internacional de comunicação científica no país, ele elabora em 1902, um projeto de Regulamento que propunha a criação do “Instituto Bibliográfico Brasileiro”, o qual teria como uma de suas finalidades o intercâmbio bibliográfico em nível nacional e internacional. O projeto ressurgiria em julho de 1911, sob a forma do decreto nº 8.835, sancionando a aprovação do regulamento da BN como também a inauguração do Serviço de Permutações Internacionais de Bibliografia e Documentação.

O episódio fixaria também o início de um novo ciclo, pois o respectivo decreto contemplava a aprovação do primeiro curso de Biblioteconomia do país (também o primeiro na América Latina), o qual viria a ser inaugurado na própria entidade em 1915. Apesar dos vínculos mantidos com o *Institute International de Bibliographie* e da influência exercida por este, a escola é constituída com base na visão humanista da parisiense *École de Chartes*, não privilegiando nem o padrão ou os princípios otletianos (CASTRO, 2000; ODONNE, 2004).

O Serviço de Bibliografia e de Documentação idealizado por Manoel Cícero alcançaria apenas parte dos objetivos, já que seus sucessores descontinuariam o projeto. Apesar disso, a Biblioteca Nacional teria papel decisivo na propagação da CDU (e dos trabalhos do *Institute International de Bibliographie*), já que com a adoção do sistema de classificação, se tornaria modelo referencial para inúmeras bibliotecas do país tanto da área pública como privada, sendo reconhecidas por uma extensa lista elencada por Fonseca, em 1961.

Como resultado destes eventos pode-se concluir que nos primeiros anos, a Documentação brasileira foi marcada por ações isoladas, caracterizada por trabalhos com um viés mais Bibliográfico do que propriamente com o padrão adotado nas técnicas do tratamento documentário conforme compreendido no Movimento

Bibliográfico europeu. Considerando a questão de uma perspectiva global, não se pode desconsiderar que estas frágeis iniciativas não encontraram condições propícias para o desenvolvimento no campo científico dado o caráter transitório (ainda em formação) da área, aliada ao quadro social formado com a adesão do país as duas grandes Guerras.

Em meados da década de 1940, se iniciaria um novo ciclo da Documentação no Brasil coincidindo com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e posteriormente do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Sob a direção de Lydia de Queiroz Sambaquy, estas instituições conseguiriam congregiar a prática científica combinada com a apropriação dos conceitos de “Documentação” e de “informação”, dando-lhes um novo vigor científico.

Criado em 1938, como órgão ligado à Presidência da República durante a reformulação da administração pública do governo de Getúlio Vargas, o DASP foi constituído com o propósito de desburocratizar e promover racionalidade no serviço público. Segundo Odonne (2004; 2006), Lydia que já havia cursado Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, assume a chefia da biblioteca do órgão após a primeira encarregada, Sylvia de Queiroz Grillo (sua irmã) se afastar da direção para completar os estudos de biblioteconomia nos Estados Unidos.

Estimulada por Sylvia, Lydia se mantém em contato com a literatura da biblioteconomia de Chicago e com as práticas das técnicas biblioteconômicas americanas, conseguindo aos poucos dar corpo e visibilidade ao trabalho da instituição. A despeito das adversidades, da pressão e demanda da vasta rede de bibliotecas, se posiciona a altura e transforma a Biblioteca do DASP num poderoso mecanismo de integração (oferecendo respostas aos principais problemas como a catalogação) e de capacitação da rede de bibliotecas cooperante, através da dinamização dos serviços. Determinada em fortalecer a formação dos profissionais e difundir o conhecimento na área, realiza esforços para promover por meio da Biblioteca, cursos preparatórios para formação de pessoal (inclusive com bolsa de estudos nos E.U.A.) os quais eram subsidiados pelo governo (ODONNE, 2004).

Nessa mesma época, o governo Vargas com a finalidade de sinalizar novos tempos na administração pública brasileira, implementou reformas administrativas que incluiu o lançamento em 1937 da Revista do Serviço Público (RSP), criada com a finalidade de disseminar o conhecimento relacionado à gestão de políticas públicas. Em 1939, esse

novo canal de comunicação passa a ser utilizado para abrigar uma coluna intitulada “*Biblioteca do DASP*”, a qual sempre trazia um artigo de um dos membros da equipe com o intuito de disseminar temas técnicos relacionados à área.

Pragmaticamente, a Revista do Serviço Público se tornaria o veículo de difusão e o principal canal de articulação que promoveria a penetração da Documentação na área pública. Oddone (2010) entende que a oficialização do Decreto-lei nº 2.039 em 1940, que transformou o Serviço de Publicidade do DASP em Serviço de Documentação foi o ponto de partida que promoveu a propagação do termo “documentação” em escala nacional. Pode-se acrescentar que de mesmo modo impulsionou a proliferação dos Centros de Documentação no país.

Por conseguinte, no começo da década de 1940 foram instituídos departamentos de Serviço de Documentação em vários Ministérios, como Educação, Saúde, Agricultura, Marinha, Justiça, Relações Exteriores, Viação e Obras Públicas, do Trabalho entre outros, oportunizando o desenvolvimento de serviços especializados. Alguns destes alcançaram notoriedade pelo trabalho pioneiro realizado. Em contrapartida, outros limitaram-se em atuar com a publicação de livros e revistas ou ainda em promover governo (FONSECA, 1988).

Para Sambaquy (1978), o Serviço Público teve papel relevante no fortalecimento da Documentação nacional principalmente durante os anos de 1939 a 1945. Em sua avaliação, apesar de não ter sido constituído propriamente um “sistema de documentação”, este contribuiu amplamente para a criação e multiplicação de Serviços de Documentação em diversos Ministérios, possibilitando o registro documentário dos trabalhos realizados, os quais eram essenciais para uma adequada administração pública.

Como reconhece Fonseca (1988), a maior contribuição do Serviço de Documentação do DASP seria debater o problema da Documentação em cursos especializados e em editoriais e artigos da Revista do Serviço Público. E de fato, não estava no escopo da entidade fazer “documentação” no sentido técnico da palavra. Nesse contexto, a publicação em 1964 da Revista Diretrizes da Documentação que trazia uma coletânea de artigos sobre Documentação publicados durante as décadas de 1940 e 1950 pelo DASP, incluindo traduções dos estudos do próprio Otlet, do pesquisador francês Jean

Claude Gardin e de textos de vários documentalistas brasileiros, figuraria como prova irrefutável da presença otletiana no país.

Ademais, os textos acerca da Documentação na Administração Pública, conceito de Documentação administrativa, Serviço de Documentação e até uma mensagem presidencial relativa à Documentação nacional publicados no editorial da revista explicitam a envergadura e influência que a obra de Otlet exercia no Serviço Público. Convém explicar que estes trabalhos foram iniciados pelo Professor Alfredo Nasser, advogado e diretor da Revista do Serviço Público durante a gestão do Dr. Luiz Simões Lopes presidente do DASP, que inspirado na experiência de países democráticos com eficiência comprovada há mais de 50 anos em organização de serviços públicos, empreendeu esforços para estabelecer um plano de trabalho, utilizando as bases científicas da Documentação em seus múltiplos aspectos.

Foi nessa conjuntura, que Francisco Martins Dias Filho publicaria a tradução de Paul Otlet intitulada como *“Documentos e Documentação”*, dividida em duas partes, disponibilizada respectivamente nas edições de março e de abril de 1946. No preâmbulo da tradução ele revela a relação do DASP com a obra de Otlet:

“M. Paul Otlet, Secretário-Geral do Instituto Internacional de Documentação de Bruxelas, é conhecido pelos excelentes trabalhos relativos ao moderno ramo da ciência da Administração – dentre os quais o “Traité de Documentation” que a Revista do Serviço Público tem feito referência. O presente escrito foi traduzido por iniciativa da Seção de Documentação do DASP, da obra editada pelo “Congrès Mondial de la Documentation Universelle”, com o mesmo título, à página 251. São os cinco primeiros capítulos, e em sua tradução, por fidelidade ao original, foi por vezes mantida a terminologia diferente da usada na administração brasileira”
(DIAS FILHO, 1946)

Não obstante, ressalta-se que as publicações com base no trabalho de Otlet surgiram muitos anos antes. Para alcançar a comunidade que possuía um foco mais especializado, Lydia Sambaquy publicaria em 1940 o artigo *“A Classificação Decimal de Melvil*

Dewey e a Classificação Decimal de Bruxelas”, estudo em que faz uma análise crítica dos principais instrumentos de classificação disponíveis (SAMBAQUY, 1940 citado por ODDONE, 2004).

Em 1945, com o final do Estado Novo da era Vargas o DASP passa por um processo de reestruturação e progressivamente esmaece. Os efeitos também se estenderiam a Biblioteca, da qual Lydia se desligaria seguindo nos anos posteriores com trabalhos dedicados ao Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) na Fundação Getúlio Vargas e ao ensino da classificação e da catalogação na Biblioteca Nacional. Apesar das mudanças, o teor e a abordagem dos artigos publicados na Revista do Serviço Público até o final da década de 1950 indicam que os estudos sobre Documentação haviam avançado e encontrado adeptos que tinham compreendido a importância do trabalho de organização documental estar ancorado em diretrizes científicas.

O IBBD surge em meados de 1953, tendo sido idealizado e criado por Lydia Sambaquy, cuja concepção foi elaborada com base nas experiências acumuladas com o DASP e com a Documentação. Formalizado em 1954, pelo decreto nº 35.124, nasce vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, com a visão e missão características dos grandes Centros de Documentação internacionais. As diretrizes de fundação sinalizavam o intuito de fomentar o desenvolvimento e a normalização da Bibliografia e da Documentação especializada, em especial, a científica e tecnológica (GOMES, 1982; CASTRO, 2000).

Ocorre que em 1950, a UNESCO havia realizado uma Conferência voltada para o aperfeiçoamento dos serviços bibliográficos e com vistas a consolidar os pontos tratados, publicou no mesmo ano o “manual de Besterman”, no qual foram estabelecidas diretrizes para a constituição de centros bibliográficos nacionais. Dois anos depois, na ocasião da VII Conferência Geral realizada em Paris, a UNESCO abre a discussão oportunizando a constituição de um Centro Bibliográfico para a América Latina, do qual o Brasil passou a se empenhar para sediar (COUTINHO, 1952; GOMES, 1982).

Em função da magnitude do projeto e dos interesses sociais e políticos envolvidos, a constituição do IBBD contou desde as ações preliminares para a sua fundação, com o apoio e participação da UNESCO, sendo representada por Paulo Carneiro (presidente do Conselho Executivo no Brasil) e pelo consultor técnico sul-africano Herbert Coblans.

Para concretizar o empreendimento, através da intermediação de Paulo, Lydia e Jannice Monte-Mór (que na época trabalha no SIC) viajam para conhecer as principais Bibliotecas e Centros de Documentação da Europa e dos Estados Unidos, com o objetivo de obter as melhores referências dos modelos internacionais, compreendido como estrutura necessária para o funcionamento de um órgão dedicado ao trabalho bibliográfico voltado para alavancar as atividades científicas e tecnológicas nacionais (CARNEIRO, 1977; ODDONE, 2004).

Preocupada em ampliar a perspectiva da biblioteconomia brasileira, ao que Lydia pontuava como *“tentativa para vencer o imobilismo que imperava nas Escolas de Biblioteconomia”*, entre as primeiras ações do IBBD são adotadas medidas para realização do curso de Documentação Científica, que admitia tanto bibliotecários como profissionais com outra formação superior (SAMBAQUY, 1978).

Silva (1960) confirma a realização de outros cursos como o de Pesquisas Bibliográficas em 1957 que contemplou as seguintes matérias: Documentação e Organização Bibliográfica ministrada por Jesse Shera; Técnica da Organização e da Pesquisa Bibliográfica ministrada por Edson Nery da Fonseca; Serviços Técnicos com Ada Maria Coaracy e Catalogação e Classificação ministrada por Laís da Boa Morte. Outras atividades importantes seriam ainda realizadas de forma conjugada, visando promover o avanço da área, como a publicação de bibliografias técnicas e a participação de bibliotecários em eventos científicos.

Cabe ressaltar que os primeiros cursos voltados para o ensino da Documentação surgiram em meados da década de 1940 com a formação de pessoal no DASP, principalmente a partir de 1946 com a criação do cargo de “Assistente de Documentação” regulado pelo Decreto n. 21.500 de 07 de julho de 1946. Na abertura de concurso para documentarista em 1948 pela entidade, também foi exigido dos candidatos conhecimentos específicos sobre Documentação e Direito Administrativo (SILVA, 1959).

Logo, quando o IBBD começou a atuar de forma mais incisiva com a finalidade de promover o fortalecimento da área, alguns nomes se destacavam no tocante ao ensino da Documentação como Edson Nery da Fonseca, Octavio Calazans Rodrigues, Espírito Santo Mesquita e a própria Lydia Sambaquy. Fenelon Silva (1959) considera que o

FIGURA 3 – Publicação técnica do I.B.B.D. de autoria de Lydia Sambaquy

Fonte: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

ensino da Documentação no país havia alcançado tal grau de maturidade que deveria adotar um método mais distintivo na transmissão das técnicas da Documentologia, assim como eram utilizados métodos específicos para o ensino da Matemática e da Economia.

Os sinais de mudança ocorreriam efetivamente depois de 1960, quando as Escolas de Biblioteconomia incluíram pela primeira vez a disciplina de Documentação nos currículos dos cursos de ensino superior no Rio de Janeiro e em São Paulo. O assunto havia sido abordado por Lydia em outras oportunidades, sendo tratado novamente por ela na ocasião do *Simpósio sobre Bibliografia e Documentação Científica*, em 1956 (Castro, 2000). De forma indireta, estes eventos revelam o arrefecimento dos discursos combativos adotados por alguns bibliotecários na época assim como o aumento progressivo da penetração das teorias da Documentação.

No ano de 1960, a *Fédération Internationale de Información e Documentación* (FID) realizaria no Rio de Janeiro o 16º Congresso Internacional de Documentação, ocasião em que foi criada a Comissão Latino-Americana (FID/CLA). O trabalho dessa comissão colocaria o Brasil em posição de destaque junto aos parceiros da América Latina. Gomes (1982) observa que um dos grandes projetos da FID era a publicação da CDU em língua portuguesa, trabalho que congregou profissionais de todo país, popularizando o uso do sistema.

Ao considerar os aspectos que delinearam a fundação do IBBD, desde questões antecedentes com a participação de Lydia em eventos nacionais e internacionais, cujos discursos denotavam a presença da Documentação desde 1940, somadas às práticas adotadas ainda nos primeiros anos de constituição, não se pode deixar de notar que o IBBD havia conseguido implantar uma mentalidade pautada em um saber híbrido, valendo-se do aporte conceitual da Biblioteconomia e da Documentação. Oddone (2006, p. 52) pondera que:

“Os bibliotecários do IBBD não só compreenderam a centralidade do documento e da informação para a sociedade, a cultura e a ciência contemporâneas: durante os primeiros dez anos de existência eles fabricaram esse fenômeno. Eles o colocaram em pauta e o definiram, com palavras, ações, modelando seus instrumentos, regulando seus padrões, organizando seus conceitos, distribuindo suas práticas e fazendo valer seus discursos”.

A proposta idealizada por Manoel Cícero não encontrou o apoio necessário na fase inicial, mas através da atuação do IBBD esta ressurgiu com força e vigor em virtude do empenho de todos os envolvidos em transformar o instituto em um órgão central que pudesse não apenas fomentar a cooperação das atividades bibliográficas, mas atuar forma descentralizada, impulsionando o desenvolvimento da informação científica.

O IBBD que esteve subordinado ao CNPQ, deixa de existir depois de vinte e dois anos de atuação meritória, sendo transformado no atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), através da Resolução nº 20/76, de 25 de março de 1976. Como legado deixou o renome e um acervo de inestimável valor ao seu sucessor.

De igual modo, Lydia Sambaquy após anos de atuação exemplar, se afasta definitivamente da presidência do instituto em 1965, devido ao golpe militar. Não por acaso, em 1977, Laura Russo publicaria “A morte do IBBD”, onde faz uma crítica à burocracia e falta de planejamento para se processar reformas no CNPQ, requisito exigido para se manter em desenvolvimento o progresso científico.

O crescimento das escolas de Biblioteconomia torna o ambiente mais propício para o desenvolvimento da Documentação depois da década de 1970. Mesmo assim, a carência de formação superior e de profissionais para se dedicar a docência era latente.

Como efeito, no final da década de 1950, os profissionais ainda se debatiam com temas que estavam em avançada discussão em outros países há anos, visto que tinham sido apresentados por Otlet há varias décadas (Sambaquy, 1978).

Em poucos anos, a necessidade premente de informação combinada com o crescimento exponencial da literatura especializada, contribuiriam para a aceitação híbrida do saber e para que as técnicas de ambas as áreas passassem a ser estudadas pela Ciência da Informação. A Documentação, tratada na esfera nacional suscitou muitos embates pelas divergências ideológicas imbricadas, mas também oportunizaram a abertura de diálogos que começou a moldar as construções teóricas que começavam a circular no país, principalmente com o ingresso da biblioteconomia nacional em eventos de natureza científica.

2.4 O campo da Documentação Jurídica

Os indícios preliminares do surgimento da Documentação Jurídica no Brasil evidenciam-se no ínterim das décadas de 1930/1940 no âmbito do serviço público, período em que se têm notícias das primeiras iniciativas voltadas para o estabelecimento de serviços de documentação especializados no campo do Direito e quando surgem também as primeiras publicações acerca do tema.

Entre os pioneiros da área, José Fernandes Moreno é por certo o primeiro bibliotecário da área jurídica a dedicar obra ao assunto e a registrar a adoção de critérios inspirados no trabalho de Otlet e La Fontaine. Em seu livro “Fichários de Documentação Jurídica”, publicado em 1936 com o apoio do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, o

autor discorre sobre a classificação decimal aplicada ao campo do Direito com base no esquema utilizado pelo Instituto Internacional de Bruxelas.

Moreno não estabelece uma conceituação para “Documentação Jurídica”, mas considera como objeto de trabalho e de estudo as três fontes principais do Direito, isto é, a doutrina, a legislação e a jurisprudência. Dentre as questões relevantes abordadas no livro estão a padronização das fichas e a esquematização necessária para controle do fichário; a apresentação da metodologia proposta pela classificação decimal universal; o controle de vocabulário e de sinonímia devido à problemática da terminologia jurídica; e finalmente a apresentação de um sistema de classificação aplicado à área do Direito (incluindo índice alfabético e remissivo), o qual havia sido posto em uso no ano de 1933 (MORENO, 1936).

Advogado de formação, Moreno publicou em 1911 o livro “Bibliografia jurídicas particulares”, no qual privilegia o tratamento técnico do acervo. Em 1935 publicou “Bibliotecas jurídicas particulares”, obra em que aborda os tipos de catálogos utilizados no tratamento de bibliotecas temáticas especializadas. Além disso, publicou vários títulos aplicados ao meio jurídico.

FIGURA 4: Biblioteca da Procuradoria Judicial do Estado com J.F. Moreno sentado à direita, orientando o trabalho da equipe.

Fonte: Bibliotecas jurídicas particulares, J.F. Moreno 1936.

Como profissional era vanguardista, ciente da importância do trabalho do bibliotecário jurídico, enaltecia a especialização. De personalidade crítica, não possuía receios de gerar polêmicas com suas obras. Trabalhou como bibliotecário da Procuradoria Judicial do Estado e foi chefe da Subdivisão Técnica de Bibliotecas Municipais.

No decorrer da carreira, Moreno realizou a organização de inúmeros catálogos e de repertórios documentários especializados no campo do Direito. Dada à vasta experiência, foi convidado a preparar o índice alfabético e remissivo da Constituição Estadual de São Paulo. Exerceu a profissão com convicção empreendedora e quer seja no âmbito prático ou epistemológico, assinalou sua contribuição.

No início da década de 1940, três anos depois de instaurado o governo constitucional de Getúlio Vargas, ocorreu a publicação do Decreto-lei nº 2.039 que transformou o Serviço de Publicidade do DASP em Serviço de Documentação. Segundo Correia Jr (1951), a criação do primeiro serviço de documentação aconteceu ainda no ano de 1940 no Ministério da Agricultura. Na esteira deste, foram fundados os serviços de documentação do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça, entre outros. Como efeito da premência da modernização da Administração Pública, o termo “documentação” começaria a se expandir rapidamente no serviço público federal, período em que também foram constituídos os primeiros serviços de documentação da área jurídica (ODONNE, 2010).

Em referência a origem e a evolução dos serviços de documentação constituídos no Brasil, Fonseca (1988) destaca como precursores do campo do Direito o Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores (1942), do Ministério do Trabalho (1944) e do Ministério da Justiça e de Negócios Interiores (1943), considerando este último como “*pioneiro da documentação legislativa no Brasil, através da revista Jus Documentação*” cuja publicação trimestral foi iniciada em 1948.

Devido à letargia observada, ele não poupa críticas à apatia e resignação da maioria dos serviços de documentação governamentais. Porém, considera como exceção alguns casos no campo especializado como os da área jurídica, em especial por fazer o “*dépouillement*” de periódicos com a divulgação de índices temáticos, apontados como os primeiros instrumentos documentográficos desenvolvidos no país (FONSECA, 1988).

No mesmo ano de 1948, Dóris de Queiroz Carvalho bibliotecária responsável pela Classificação da biblioteca do Ministério da Fazenda publica uma edição ainda em versão mimeografada da Classificação Decimal de Direito, adaptada da Classificação Decimal Universal conhecida na época como Classificação Decimal de Bruxelas. Segundo o relato de Sílvio Tavares de Souza (chefe da Biblioteca), embora a adaptação do sistema de Classificação tenha sido feita exclusivamente para uso interno, decidiu-se pela publicação devido aos inúmeros pedidos de outras bibliotecas que se depararam com as mesmas dificuldades na escolha de um sistema de classificação que fosse satisfatório frente às necessidades da biblioteca jurídica (CARVALHO, 1977).

Apesar dessas iniciativas preliminares, a Documentação Jurídica permaneceria na obscuridade entre as décadas de 1950 e 1960. Dentre os fatores que podem ter colaborado para o desconhecimento deste período, pode-se atribuir em grande parte a dificuldade de se obter informações mais detalhadas sobre os eventos realizados na época, pois que era comum a publicação apenas de folhetos avulsos com resumos e/ou programação dos eventos voltados para a Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A mudança de cenário só ocorreria a partir da década de 1970 quando as discussões sobre o tema alcançariam efetiva representatividade. Conforme Castro (2000), nessa fase se observou uma crescente propagação de bibliotecas e centros de documentação especializados, condição que gerou maior procura do bibliotecário por aperfeiçoamento e especialização.

Além disso, outro elemento determinante foram às ações dos movimentos associativos com a finalidade de promover a consolidação da profissão. Diversos eventos ocorridos tanto no campo pragmático como no epistemológico, marcariam este período como o mais profícuo e produtivo da Documentação Jurídica.

Em 1971, a Documentação Jurídica torna-se oficialmente reconhecida com a criação da Comissão Brasileira de Documentação Jurídica - CBDJ, promovido pela FEBAB na ocasião do 6º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação – CBBD, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais. Como objetivo primordial da CBDJ foi estabelecido o incentivo a criação e manutenção de Grupos de Trabalhos em Documentação Jurídica, denominados nessa fase inicial de “GTDJ”, os quais deveriam estar vinculados às associações estaduais filiadas a FEBAB. Posteriormente, os “GTDJ” teriam a nomenclatura substituída por “GIDJ”, ou seja, Grupo de Informação e Documentação Jurídica.

Araújo e Almeida (1992) afirmam que a fundação do primeiro GIDJ ocorreu em 1971, na Bahia, seguido pela fundação do grupo paulistano em 1972 e do grupo carioca no Rio de Janeiro em 1973. Os autores realizaram também um estudo para mapear a produção intelectual dos profissionais atuantes na área jurídica e de cada GIDJ, os quais foram publicados em periódicos nacionais voltados para a área de Ciência da Informação. Como resultado identificou-se que os grupos de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul foram os mais ativos em número de publicações até o respectivo período.

Sem dúvida, a criação da CBDJ foi o marco fundador que promoveu o reconhecimento nacional da Documentação Jurídica e que auxiliou no estabelecimento deste campo de especialidade. De acordo com Maria José Calmon Magalhães de Oliveira (1992) presidente da CBDJ, a entidade contava com dez grupos ativos distribuídos em vários estados, vinte anos depois da fundação da CBDJ. Os GIDJ's mais atuantes se concentraram no sudeste, em especial no eixo Rio-São Paulo. Estes se destacariam por desempenhar relevante papel no que tange o fortalecimento da área.

Desde a sua fundação, o Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo ou GIDJ/SP como é comumente conhecido, caracterizou-se por sua articulação junto à comunidade bibliotecária através da promoção do intercâmbio de experiências, por colaborar na efetivação de eventos e congregar grande número de bibliotecários e documentalistas, sobretudo da área privada.

Teve sua primeira formação iniciada em 1971, entretanto durante a década de 1990 dissolveu-se. Durante a primeira formação o GIDJ/SP elaborou o “Catalogo coletivo de periódicos em Direito”, publicado em 1975 e realizou a compilação do índice geral da “Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro” em 1992, ambos com o apoio da extinta APB – Associação Paulista de Bibliotecários. Como informa Abreu & Sandoval (1991) foi editado também um Guia de Bibliotecas Jurídicas do Estado de São Paulo, incluindo as cidades do interior com apoio dessa entidade. Como parte das ações, manteve presença ativa em vários eventos da área como o CBBD e ENIDJ – Encontro Nacional de Informação e Documentação Jurídica, cuja participação consta registrada nas sessões de abertura.

Após a dissolução na década de 1990, o GIDJ/SP seria novamente oficializado ativo somente em junho de 2002, consoante com seu estatuto. Na segunda formação, com

mais de 110 membros participantes, alcançou visibilidade nacional a partir de 2010 com a criação de seu site e depois que passou a trabalhar de forma voluntária, em prol da capacitação de bibliotecários interessados em atuar no campo do Direito, através da realização de cursos e eventos gratuitos em parceria com o CRB – Conselho Regional de Biblioteconomia.

Em condições similares ocorreu a fundação do GIDJ/RJ – Grupo de Documentação Jurídica do Rio de Janeiro, no ano de 1973 no então Estado da Guanabara. Desde a sua constituição, o GIDJ/RJ se caracterizou pela sólida formação e pela preocupação de congregar profissionais de setores variados do campo jurídico a fim de manter condições de representação do bibliotecário jurídico conforme demanda da sociedade.

Entre os pares, destacou por ser o único a se tornar uma sociedade civil de natureza técnico científica, sem fins lucrativos, funcionando em sede própria. O GIDJ/RJ também foi pioneiro em ofertar cursos voltados para os profissionais da área, a criar site para congregar informações voltadas para interessados em informação e documentação jurídica e a fomentar e estimular a comunidade bibliotecária na publicação de estudos e artigos (BARROS, 2004).

Embora alguns GIDJ's tenham se dissolvido ao longo dos anos, outros se mantiveram ativos e ainda exercem grande influência entre os bibliotecários do campo do Direito, principalmente por possibilitar o intercâmbio de informações e a troca de experiências entre os profissionais da área, visto que atuam de forma solidária com os pares mesmo de outros estados. Como muitas dessas experiências balizaram a publicação de artigos científicos e de outros trabalhos técnicos, mesmo que de forma tímida contribuíram também para o avanço no âmbito epistemológico.

Barros (2007), fazendo coro com outros autores enfatiza que aspectos sociais e econômicos também contribuíram para alavancar o crescimento da Documentação Jurídica na década de 1970, pois era realizada grande articulação por parte dos poderes do Estado com fins de promover o controle bibliográfico da produção do ordenamento jurídico nacional. Em decorrência, ampliaram-se as discussões acerca da organização e do tratamento da documentação jurídica como também a expansão dos estudos sobre o campo, favorecendo seu fortalecimento.

Em inúmeras instituições da área pública (federal, estadual, distrital e municipal) surgiram experiências relacionadas à organização e ao tratamento da informação e da

documentação jurídica, entre as quais, destaca-se a constituição do PRODASEN – Secretaria Especial de Informática do Senado Federal. Com a finalidade de melhorar a eficácia do processo legislativo e de promover consolidação da legislação do país, a presidência do Senado Federal designou um grupo de estudos para avaliar a viabilidade de implantação do processamento eletrônico de dados nas atividades do Poder Legislativo (BRASIL, 1970).

Esse projeto resultaria na concretização de um sistema informativo jurídico de grande abrangência com o escopo de consolidar o arcabouço legal no país. Em uma concepção singular, formada através de uma equipe multidisciplinar, o projeto deu novo significado sobre a forma de propiciar acesso à informação e as normas jurídicas brasileiras, mesclando técnicas de tratamento e de organização documental com as tecnologias da computação (ATIENZA, 1979).

Em termos de aprendizagem outra experiência relevante seria realizada pelo Centro de Estudos e de Pesquisas da Administração Municipal, que no final de 1975 se transformaria em Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Instituída com a finalidade de prestar assistência técnica aos municípios e de renovar os métodos de administração, a respectiva fundação dedicava-se entre outras atividades ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e de capacitação do pessoal das prefeituras e das câmaras do estado de São Paulo.

Cientes do crescimento exponencial da produção legislativa e normativa não tardariam a ministrar cursos sobre Documentação Jurídica, focado no nível municipal. A didática utilizada visava principalmente preparar e habilitar o bibliotecário para lidar com serviços especializados em documentação jurídica (MASTRO & MOURÃO, 1989). Posteriormente, o material didático utilizado no curso serviria como base para a criação de um manual de implantação de serviços de documentação jurídica, publicado em duas tiragens em 1989, a fim de ser útil como modelo referencial e fonte de consulta.

A carência de profissional especializado também estimularia o surgimento das primeiras iniciativas acerca do ensino da Documentação Jurídica. Em 1972, foi criado o curso de Referência Legislativa como matéria semestral, ministrado por Cecília Andreotti Atienza na Escola de Biblioteconomia da FESP/SP (ATIENZA, 1980). Segundo Gomes (1979) e Barros (2007), foram ainda realizados cursos sobre o tema em outros estados como no Rio Grande do Sul, em Belém do Pará (1973) e no Rio de Janeiro (1974). Destes, o penúltimo se tornaria o embrião precursor da disciplina

Documentação Jurídica ministrada hodierna no curso de graduação em Biblioteconomia da UFPA.

Preocupada em atenuar as dificuldades dos profissionais ingressantes, Cecilia Atienza publicaria em 1979 a obra *Documentação jurídica: introdução à análise e indexação de atos legais*, cujo destaque seria decisivo para o crescimento do campo. Reconhecida como a especialista mais conceituada da época, o livro rapidamente se tornaria um clássico, em especial pela abordagem didática utilizada pela autora.

Na visão de Gomes (1979), a exposição do livro afina-se com a concepção otletiana por cobrir todas as facetas do documento, desde a fase de elaboração, conceituação dos diversos tipos de documentos jurídicos até a organização e divulgação nos respectivos veículos especializados. Contudo, a aproximação de Atienza com a Documentação já era bem anterior.

FIGURA 5 – Cecília Atienza em entrevista em 1980 à Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.

FONTE: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, jan./jun. 1980.

Mesmo sem mencionar Paul Otlet diretamente, Atienza (1975) expressa sua influência ao falar do trabalho por ela desenvolvido no Centro de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo. Em período anterior, a unidade funcionava como uma biblioteca meramente depositária e depois da remodelação passou a ser gerida com status de um moderno Centro de Documentação, constituído de duas partes distintas interligadas, isto é, a área de Documentação e a Biblioteca.

Ao refletir sobre o papel da moderna biblioteca especializada e o rol de serviços imbricados que o dinamismo exigido por este público requer, Atienza (1975, p.78) pondera que *“o complexo de teorias e técnicas, que se circunscreve sob o nome genérico de Documentação, é o elemento-chave de ligação entre aqueles que criam um conhecimento e os que desejam adquiri-lo”*.

Em 1937, na ocasião do Congresso Mundial de Documentação realizado em Paris, Otlet já observava a tendência de desaparecer a distinção entre biblioteca e centro de documentação, sobretudo no caso das bibliotecas especializadas por realizarem a compilação das bibliografias de interesse e a análise dos documentos. Como ressaltou *“os Centros de Documentação formam, dentro de sua estrutura, bibliotecas”* (OTLET, 1937 citado por SAMBAQUY, 1978, p. 53).

Nos anos seguintes, a atuação de Cecília Atienza seria de grande valor para o desenvolvimento da área. Foi importante colaboradora da CBDJ e atuou em prol da concretização de vários eventos como também em questões relacionadas à normalização junto a ABNT e a ética profissional. No meio acadêmico foi apontada como o autor com maior número títulos diferentes citados na Documentação Jurídica, sendo o seu livro a obra com o maior número de citações na área (PASSOS, 2004).

Na década de 1980, a Documentação Jurídica alcança visibilidade nacional com a criação do ENIDJ – Encontro Nacional de Documentação Jurídica, maior evento da área. Em 1984, foi inaugurada a primeira edição do evento na cidade de Curitiba, seguido de outras duas edições em Brasília (1986) e São Paulo (1988).

O CBBD foi outro importante espaço para o reconhecimento da área. Na edição do 10º congresso realizado em 1980, foram propostas recomendações para providencias da CBDJ que visava modificações relevantes, entre as quais se destacaram a proposta de inclusão da disciplina de Referenciação Legislativo-Administrativa Brasileira, a ser

adotada no currículo das escolas de Biblioteconomia do país e a proposta de criação e revisão de normas ABNT relacionadas à informação legislativa (CBDJ, 1979).

A disseminação da Documentação Jurídica verificada na área pública começou ser notada também na área privada. Pinheiro Netto (1980), em um estudo publicado na Revista do Advogado da AASP, discorre sobre os tipos de escritórios de advocacia em âmbito nacional e internacional com ênfase na respectiva infraestrutura. Fundador do maior escritório do país na época, o autor considera a criação do departamento de biblioteca e de arquivo indispensável para o trabalho do advogado. Reforça a importância na contratação de profissionais especializados, capazes de manter os serviços de informação e de documentação organizados e atualizados. Preocupa-se em explicitar os benefícios e prejuízos que a ausência destes setores pode gerar. A posição de Pinheiro Netto demonstra a importância que os serviços informacionais especializados já haviam adquirido para o trabalho do jurista, sendo considerado como diferencial estratégico frente à concorrência e valor agregado nos serviços prestados.

Em contrapartida, ao analisar a aplicação da Documentação Jurídica a luz da influência da Documentação otletiana nas áreas pública e privada, percebe-se que algumas discrepâncias foram determinadas, entre outros fatores, por diferenças culturais predominantes nos respectivos segmentos.

A área pública adotou a Documentação como diretriz para lidar com a organização da documentação administrativa, apropriando-se de forma direta dos princípios e conceitos difundidos por Otlet (LOPES, 1943). Na esfera da área pública surgiu a Documentação Jurídica, moldada pelos princípios otletianos com todas características e atributos de um campo especializado.

Por conseguinte, a área privada seria inspirada pela pública, mas a influência indireta da Documentação acarretaria efeitos no campo pragmático como a adoção de princípios teóricos e de metodologias proveniente de áreas correlatas das “*chamadas ciências documentais*”, cuja ênfase dada no tratamento do documento diferencia-se da Documentação (SMIT, 2003).

Devido ao perfil do usuário de Direito que em geral necessita de informações rápidas, de forma precisa e de fonte segura e das características dos documentos jurídicos cujo teor é altamente específico e técnico, não é incomum que a aplicação de outras metodologias seja considerada como insatisfatória ou insuficiente. No campo do

Direito, o acervo da biblioteca e do arquivo jurídico são compostos em sua maioria por documentos originários da Documentação Jurídica no contexto de suas respectivas fontes. Independente do tipo de unidade de informação, estes documentos mantêm atributos singulares da área que não podem ser desprezados no tratamento e organização.

Para ilustrar tais argumentos pode-se citar como exemplo o parecer técnico que é classificado na biblioteca como parte das fontes doutrinárias e no arquivo é incluso como peça processual componente do processo. Silva (2010) explica que apesar do parecer ser compreendido como pertencente às fontes doutrinárias, há autores que o enquadram nas fontes jurisprudenciais, visto que o parecer jurídico é o documento por meio do qual o jurista fornece informações técnicas acerca de um determinado tema.

Ainda sobre essa questão, Passos (1994) alerta que a informação jurídica diferencia-se de outros campos da ciência pela longevidade. Como lembra, o texto jurídico é perene para fins de consulta, como referência de precedente e aplicação a fatos e situações ocorridas em diferentes períodos. Logo, o armazenamento é contínuo e permanente.

Não por acaso, a sistemática adotada nos arquivos referente à eliminação de documentos jurídicos sempre gerou problemas e conflitos. No universo jurídico, o documento é compreendido como prova e considerado em função da utilidade informativa que esta pode representar para a instituição ou grupo social. Por isso, há grande resistência do operador do Direito em aprovar ou apoiar a destruição de qualquer documento e até mesmo a emissão para o arquivo inativo, principalmente por considerar valores imbricados na Documentação Jurídica que transcende a questão da proveniência ou do cumprimento do ciclo vital do documento determinado pelo arquivo.

Convém lembrar que Atienza (1979) define Documentação Jurídica como a reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação (leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, projetos de lei, ordens internas, circulares, exposição de motivos, etc.), da jurisprudência (acórdãos, pareceres, recursos, decisões, etc) e de todos os documentos oficiais relativos a atos administrativos ou normativos. Em função da diversidade compreendida, a documentação jurídica pode constar presente em qualquer tipo de unidade de informação jurídica, sendo comumente localizada na biblioteca e no centro de documentação.

Na atualidade, autores como Nascimento & Guimarães (2004) e Silva (2010) contestam a tríplice divisão e consideram a fonte intelectual por englobar documentos presente na rotina de trabalho do profissional do Direito como os contratos, petições, relatórios, pareceres e outros documentos relacionados a respostas às consultas dos clientes, os quais abrangem uma nova tipologia documental jurídica.

Partindo do conceito proposto por Atienza, observa-se que a maioria dos documentos oficiais relativos a atos administrativos ou normativos abarcam documentos reconhecidos pela Diplomática, os quais incluem documentos originários de negócios ou de fontes notariais juridicamente reconhecidas, compondo tipologias documentais específicas dentro das categorias de documentos formalizadas na área. Frente à inovação vigente no campo do Direito, percebe-se que o conceito da tríplice divisão das fontes de informação jurídica tende a ser incorporado por definições que incluam novas fontes, em especial dado o crescimento dos estudos da Documentação Jurídica, enquanto subcampo da Ciência da Informação.

A partir de meados de 1990, o cenário jurídico nacional passaria por profundas transformações com a propagação das tecnologias da informação e a presença da Internet no Brasil. Diversos órgãos produtores de informação jurídica começaram a disponibilizar informações através de sites institucionais. Desde então, estes tem sido considerados como os mais confiáveis e atualizados repertórios oficiais de informação jurídica.

Devido à multiplicação de sites na Web e o acesso fácil a precedentes jurisprudenciais, as bibliotecas e centros de documentação da área precisaram se adaptar rapidamente e dinamizar os serviços de disseminação seletiva da informação para manter a qualidade e precisão informacional demandada pela comunidade jurídica. Atividades rotineiras como a pesquisa bibliográfica, o acompanhamento das proposições legislativas e a leitura dos diários oficiais que antes desse período eram realizadas praticamente de forma manual, foram substituídas pela modalidade on-line.

O excesso de oferta de informações da Web incitou também a ampliação dos serviços de alerta e a circulação de clippings temáticos, utilizados para suprir a necessidade de informação exigida praticamente em tempo real por algumas equipes jurídicas. Para destacar os serviços, muitas bibliotecas começaram a disponibilizar homepages na Web e a participar da elaboração de páginas das instituições mantenedoras.

Em consequência, a informatização e a automação dos serviços informacionais modificariam a tradicional forma de lidar com a informação jurídica e se tornaria o mote da Documentação Jurídica ao longo da década. No ano de 1992, na ocasião do IV ENIDJ o assunto torna-se tema central do evento, intitulado como “Qualidade, Produtividade, Competitividade e Sistemas de Informação”. O eixo dos trabalhos apresentados se dividiram em duas vertentes principais, a informatização e a representação da informação, com ênfase nas linguagens documentárias.

Nessa oportunidade, Sordi (1992) apresentou o projeto que balizou a implantação do JUSDATA, Sistema de informação Documental da Justiça Federal que daria origem nos anos posteriores a Rede JUSDATA composta pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e pelas Bibliotecas da Justiça Federal de 1º e 2º graus, referência nacional em jurisprudência. A descrição do modelo conceitual do sistema previa o estabelecimento de parâmetros para implementar um manual de entrada de dados e o tesouro jurídico, essenciais para garantir a padronização do sistema que de descentralizado, passou para o modelo centralizado e participativo com métodos e padrões comuns.

Diante da necessidade de incrementar os sistemas informacionais no que refere à recuperação da informação, predominaram no rol de palestras temas relacionados às linguagens documentárias, focalizando em especial a indexação e os tesouros. Um dos pesquisadores mais respeitados da área, o professor José Augusto C. Guimarães da UNESP de Marília discorreu sobre os estudos desenvolvidos acerca da representação temática em palestra proferida a respeito das linguagens de indexação em Direito do Trabalho. Outro ponto alto do evento foi a palestra do Desembargador Antônio Ernesto Bittencourt Rodrigues do TACRIM sobre os “*Aspectos preliminares de tesauroficação na área jurídica*” e o debate empreendido por este acerca do uso de modelos pautados no sistema linguístico pré-estruturado e pós-estruturado.

A Documentação Jurídica foi movimentada por outros eventos de grande porte na segunda metade da década. Em 1998, o GIDJ/SC se responsabilizou pela edição do VI ENIDJ, realizado na cidade de Florianópolis. Nesta ocasião, o grupo apresentou como parte da pauta de projetos, proposta para realização do Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética – I CIBERÉTICA, evento que foi realizado em novembro do mesmo ano. Simultaneamente, foi promovido também o I Fórum de Informação Jurídica do Mercosul (TOMASONI et al, 2005). O I CIBERÉTICA

alcançou tamanha notoriedade que garantiu uma nova edição em 2003 além de recomendação da UNESCO.

As sucessões de eventos promovidos ao longo da década contribuiriam para estimular a publicação de estudos na área. Como resultado, surgiram as primeiras pesquisas sobre o perfil do bibliotecário jurídico e também iniciativas com a finalidade de identificar a produção acadêmica da área como proposta por Araújo & Almeida (1992) e Ohira et al (1998).

Em estudo mais recente, Passos (2004; 2008) mapeou a produção bibliográfica nacional, os dados indicam crescente ascensão no número trabalhos publicados, sendo que na década de 1990 a quantidade de publicações praticamente dobrou em relação à década anterior. Por outro lado, a pesquisa demonstra que a maioria dos autores escreveu apenas um único trabalho, condição que no longo prazo pode limitar o avanço das pesquisas.

No que refere ao desenvolvimento do ensino da Documentação Jurídica no Brasil, Barros (2007) lembra que desde 1993 a UFPA oferece disciplina específica no curso de graduação em Biblioteconomia. Do mesmo modo, outras universidades públicas como a UFPR e UFRGS criaram disciplinas relacionadas à temática da área. Nesse sentido, observa-se que apesar do congregar grande número de profissionais tem sido patente a falta de cursos de especialização como também se verifica baixa oferta em cursos de extensão. Implicitamente, essa questão pode dificultar o ingresso do bibliotecário neste campo de especialidade já que comumente exige-se conhecimento tanto das fontes de informação como dos respectivos repertórios oficiais.

A chegada do século XXI abriu espaço para outras formas de comunicação entre os profissionais da área. Inspirada na lista de discussão “INT-LAW” que reúne bibliotecários que atuam com Direito estrangeiro e internacional, Edilenice Passos cria em 2002 a lista Infolegis com a finalidade de reunir virtualmente os bibliotecários da área jurídica e operar como um fórum de discussões e de compartilhamento de informações (BARROS & PASSOS, 2009).

Em pouco tempo, a Infolegis alcançou abrangência nacional reunindo mais de 500 bibliotecários de vários estados. Além de promover o ambiente para discussão, a lista passou a servir como fonte de informação e meio de colaboração entre profissionais

situados em diversos lugares. Paralelamente, o site Infolegis reúne referências bibliográficas de trabalhos sobre informação jurídica publicados no país.

Desde o seu surgimento no Brasil no final do século XX, a Documentação Jurídica enquanto área de especialização da Ciência da Informação tem assumido um perfil cada vez mais dinâmico e complexo em função do crescimento expressivo das tipologias documentais reconhecidas nas fontes de informação jurídica, cujas características se diferenciam, conforme o segmento de atuação.

Contemporaneamente, verifica-se que tem ampliado de forma contínua o número de teses, de dissertações e de outras publicações como livros e até mesmo o lançamento de um periódico especializado, denominado Cadernos de Informação Jurídica – CAJUR. De um modo geral, existe abundante literatura que analisa e discute as fontes de informação jurídica, assunto explorado por Atienza (1979), Guimarães (1993), Barros & Passos (2009) importantes pesquisadores da área como também debatido por outros autores. No entanto, são escassos os estudos que abordam a organização e a classificação da documentação jurídica.

Conforme se apurou durante a revisão de literatura, a questão da Documentação Jurídica enquanto área de especialização da Ciência da Informação e os possíveis vínculos com a Documentação tratam de temas ainda pouco discutidos. No entanto, as manifestações de Moreno (1935; 1936), Carvalho (1977), Fonseca (1988), Gomes (1979) e Atienza (1975; 1979) indicam que a Documentação otletiana foi o baluarte de instituição da Documentação Jurídica. Essa influência encontra-se presente e continua manifesta, embora tenha alcançado maior ênfase no ínterim das décadas de 1930 a 1980.

A Documentação Jurídica carrega em seu arcabouço os traços peculiares da Documentação, especialmente por reunir tanto documentos bibliográficos como também admitir outras categorias, incluindo diferentes formatos. Em sua gênese prevalece o conceito proposto por Otlet, isto é, predomina outros documentos que não o livro (BRADFORD, 1961). Dessa forma, a instituição e consolidação da Documentação Jurídica evidenciada na literatura e por meio das práticas documentárias, sugere a existência de objeto construído conceitualmente amalgamado pelos princípios propostos por Otlet, sob a égide da Documentação.

Dias (1980; 2000) observa que o termo documentação pode ser preservado no sentido de biblioteconomia-técnica aplicada a uma área especializada. O autor reconhece a

Documentação Jurídica como uma especialização da Documentação, possuindo qualidades próprias e procedimentos específicos em função do seu interesse estrito.

Souza (2013) afina-se com esse entendimento e acrescenta que a Documentação visa à organização e o acesso de registros em variados formatos e a Documentação Jurídica apresenta estas características por comportar não somente documentos bibliográficos, mas também outras categorias, como atos administrativos, judiciais, notariais, registrais, negociais, legislativos, etc. Com o desenvolvimento dos modelos propostos nesta pesquisa pretende-se demonstrar como os atributos particulares do documento jurídico pode subsidiar a classificação.

Ao longo deste capítulo procurou-se identificar as influências predominantes da Documentação que culminaram na instituição da Documentação Jurídica. Essa discussão torna-se importante a medida que o seu reconhecimento permite a compreensão das diretrizes conceituais que delimitaram a formação deste campo de especialidade.

3. A dimensão de documento na Documentação Jurídica

Na Documentação Jurídica, o documento possui características singulares e diferenciadas que o distingue de outras áreas do conhecimento. A acepção de documento concebida neste campo possui convergências com o significado compreendido na Ciência do Direito, na Diplomática e na Documentação otletiana, sua base fundadora.

O documento jurídico em sua configuração caracteriza-se por atuar como objeto de interesse social obrigatório para o exercício da cidadania, conformado como matéria-prima indispensável, que subsidia praticamente toda atividade gerada nos diversos tipos de institutos jurídicos. Logo, o seu significado carrega manifesta a representação de suas funções e o propósito dos efeitos jurídicos para o qual foi destinado.

Todavia, o reconhecimento de suas propriedades implícitas e da abrangência do seu escopo não depende exclusivamente do entendimento do seu suporte ou forma de linguagem, mas também da compreensão dos aspectos que influenciam a sua construção e que ocorrem a partir do diálogo com áreas correlatas.

Desse modo, partindo do entendimento que o documento faz parte do quadro conceitual da Ciência da Informação que por sua vez abriga a Documentação Jurídica como área de informação especializada, buscou-se explicitar através do breve estudo compreendido neste capítulo, a influência da Documentação, da Diplomática e do Direito na construção da noção de documento jurídico, com o propósito de contribuir com subsídios teóricos que promovam a compreensão dos aspectos corporificados por este, os quais podem auxiliar na organização deste tipo de informação.

3.1 *O documento na perspectiva da Documentação*

No campo da Documentação, Paul Otlet interpretou a concepção de documento de forma precursora ao considerar novas possibilidades compreendidas como informação fixada em diferentes suportes, estabelecendo parâmetros singulares para definição do conceito os quais até então não eram reconhecidos.

Para instituir o campo de investigação da Documentação, Otlet elegeu o documento como objeto de estudo, considerando nessa perspectiva a função social do documento. No *Traité de Documentation*, obra escrita com base em mais de quarenta anos de estudos dedicados a Bibliologia e Bibliografia, formalizou sua compreensão apoiado na percepção de que os documentos são uma manifestação escrita das ideias, cujo suporte é apenas um instrumento para sua fixação, atuando como mediador indispensável nas relações entre os homens (OTLET, 1934).

Santos (2006) informa que a Bibliologia, termo o qual foi cunhado originalmente por Gabriel Peignot em 1802, se caracterizou como uma ciência que abrange o estudo do livro, tornando-se o princípio fundador da Documentação. Para estabelecer sua teoria, Otlet utilizou o a Bibliologia como base conceitual, ampliou o objeto de estudo do livro para documento e desenvolveu novos métodos voltados para seu objeto de estudo. Para ele:

“La définition la plus générale qu'on puisse donner du Livre et du Document est celle-ci: un support d'une certaine matière et dimension, éventuellement d'un certain pliage ou enroulement sur lequel sont portés des signes représentatifs de certaines données intellectuelles”. (OTLET, 1934, p. 43).⁶

No entanto, essa não foi a primeira definição estabelecida por Paul Otlet. Em 1907, o conceito de “documento” é mencionado em outra obra intitulada *“L’organisation systematique de la documentation et le developpement de l’Institut International.”* No ano seguinte, o IIB – Instituto Internacional de Bibliografia fundado em parceria com Henry La Fontaine, oficializaria o conceito de documento como tudo o que se pode representar por meio de sinais gráficos um objeto, ideia, impressão ou mesmo uma ação ou feito. Portanto, a acepção estabelecida pelo IIB já anunciava a visão de Otlet, que compreendia que o documento poderia ser representado artificialmente por documentos

⁶ “A definição mais geral que pode ser dada ao Livro e ao Documento é esta: um suporte de certa matéria e dimensão, com certa flexibilidade ou versatilidade que carregue sinais representativos de certos dados intelectuais” (OTLET, 1934, p. 43, tradução nossa).

não circunscritos ao livro, como pinturas, mapas, diagramas, imagens, símbolos, impressões, etc (SHERA & CLEVELAND, 1977, p. 251 citado por RONDINELLI, 2013).

Etimologicamente, o termo documento surgiu do latim, o qual se vinculam as palavras *documentum* e *docere*, associadas à educação e/ou instrução, presente no radical *doceo* (ensinar) que confere o sentido de ensino e aprendizagem. Lopez Yepez (1978) elucida que no contexto do latim medieval, o termo documento comporta outros significados como prova e testemunho no aspecto jurídico, como preceito de doutrina ou ainda relacionado ao trabalho gramatical.

De maneira condizente, a edição francesa de 1870 do *Grand Dictionnaire Universel du XIX Siècle Larousse*, obra contemporânea de Otlet compreende o documento como histórico, título ou prova. Porém, em referência ao contexto jurídico, considera qualquer objeto utilizado como prova ou testemunho.

Em consideração a formação jurídica de Otlet que atuou como advogado e manteve relações com o meio jurídico ao longo de sua carreira é possível admitir que ele não ignorasse essa visão e que tenha sido inclusive influenciado pela mesma. Esse entendimento afina-se compreensão de Santos (2006) que afirma que para Otlet o documento possuía valor comprobatório e por esta razão englobava objetos na categoria documental.

Rabello (2009) entende que acerca da ampliação do conceito de documento, Otlet demonstra que este pode se configurar como o próprio objeto, como referência deste na classificação e como o catálogo geral que representa os objetos em si ou como parte de uma dada coleção. Nesse caso, a relação autor/documento pode ser compreendida sob um duplo aspecto, isto é, o “autor original” e o “autor da reprodução”. Essa questão seria tratada e aprimorada posteriormente de modo mais incisivo por Suzane Briet, sua principal discípula.

Buckland (1991) elucida que o termo documento é usado pela abordagem documentalista, desde o início do século de forma genérica para indicar qualquer informação física, disponível em qualquer suporte. Deste modo, ele entende que o termo documento foi utilizado no sentido especializado como um termo geral para indicar objetos físicos informativos. Ortega e Lara (2010) estudaram rigorosamente a acepção

de documento proposta por Otlet e seus seguidores e reforçam essa opinião ao explicar que

“a noção de documento está relacionada à sua possibilidade de informar, considerando que a capacidade de um documento ser informativo implica o aspecto pragmático do objetivo informacional à medida que revela o caráter social e simbólico da informação”.

É importante observar que o enfoque social sempre permeou o trabalho de Otlet, que era reconhecido por suas convicções políticas e pacifistas e pela defesa de seu pensamento universalista. Por isso, ele atribuiu ao documento um papel primordial baseado em sua incontestável força social. Para tanto, apoiou-se na crença de que o documento compreendido como um veículo de comunicação e de transmissão de informações pudesse representar o compartilhamento do conhecimento (BLANQUET, 1993 citado por RABELLO 2009).

A amplitude do entendimento de documento de Otlet evidencia-se quando ele afirma que (1934, p. 25):

“Le document n'est que le moyen de transmettre des données informatives à la connaissance des intérêts, qui éloignés dans le temps et dans l'espace, ou dont l'esprit discursif a besoin qu'on lui montre les liens intelligibles des choses.”⁷

Oportunamente, Otlet sugeriu a proposta de ampliação do conceito de documento em um período fortemente assinalado pelo crescimento desenfreado de documentos, quando se postulava que os documentos careciam de um método concreto que privilegiasse a recuperação de seus conteúdos. Em respostas a tais expectativas, as diretrizes da

⁷ “O documento é somente o meio de transmissão dos dados informativos ao conhecimento dos interessados, que alijados no tempo e no espaço, ou (daquele) cujo espírito discursivo necessitam que sejam mostrados os vínculos das coisas” (OTLET, 1934, p. 25, tradução nossa).

Documentação foram estabelecidas tendo como premissa, propiciar métodos e técnicas para o tratamento de dados intelectuais a fim de subsidiar condições para organizar e prover acesso ao conhecimento.

Logo, entende-se que a concepção de documento de Otlet é complexa e abrangente. De modo amplo, ele compreende o documento como um meio de materialização do pensamento e de reprodução da realidade que é composto por vários elementos como a representação de signos, reflexões sobre ações e fatos, realidade objetiva e linguagem. De maneira específica, demonstra que o documento pode se manifestar de diferentes formas, não se limitando a formatos. Diante disso, o *Traité de Documentation* teve como propósito fornecer os princípios elementares e gerais para que de acordo com cada caso, o documentalista pudesse elaborar em seu Centro de Documentação o seu próprio manual (LOPES YEPES, 1978).

Ainda na área da Documentação a conceituação clássica de documento teve outra importante representante em Suzanne Briet, funcionária da Biblioteca Nacional da França que aprimorou vários princípios estabelecidos por Otlet, depois da Segunda Guerra Mundial.

Entre os seguidores de Otlet, o trabalho de Briet foi o que alcançou maior visibilidade, posto que ao longo da carreira ela publicou inúmeros trabalhos, sendo sua obra mais proeminente um tipo de manifesto que se tornou um clássico da área, denominado “*Qu’est-ce que la documentation?*”. Para promover o entendimento sobre a noção documento, empenhou-se em examinar a compreensão do seu conceito. Em sua investigação, interroga se seria documento uma estrela, uma pedra que rolou numa torrente ou um ser vivente e conjectura que não. Contudo, avalia em sua análise que a fotografia da respectiva estrela ou as pedras de um museu de mineralogia sim, ao considerar estes como evidencia física fixada como elemento simbólico e base material do conhecimento.

Partindo da aceção da UFOD - *Union Française des Organismes de Documentation* que designou o conceito de documento como “*toda base do conhecimento fixada materialmente e susceptível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova*”, Briet expressa o conceito de documento com uma visão mais abstrata e contemporânea definindo-o como “*todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com a finalidade de representar, reconstituir ou demonstrar um fenômeno físico ou intelectual*” (BRIET, 1951).

Na leitura de Buckland (1997), Briet se apoiou na ideia de evidência física como documento, embora não tenha determinado como um objeto assume essa configuração. Ao examinar a proposta da autora, ele apresenta a seguinte conclusão:

- Briet considera em sua teoria materialidade exclusivamente em objetos e sinais físicos;
- Existe o propósito de se representar e/ou tratar o documento como evidência;
- Os objetos têm de ser processados, ou seja, precisam ser transformados em documentos;
- Decorre de uma posição fenomenológica: qualidade de ser compreensível como documento.

Com posição semelhante Lara (2010) infere que na acepção de Briet, a noção de documento abrange a reflexão sobre a materialidade do objeto, o intuito de trata-lo como evidência, o seu processamento como documento e a sua natureza e capacidade de ser perceptível como documento.

Nessa perspectiva, González Gómez (2009; 2011) ainda afirma que Briet propôs uma definição mais precisa de documento como base de conhecimento fixado materialmente para fins de prova, estudo ou consulta, tendo em conta as críticas de filósofos e linguistas. Em referência ao conceito de documento, a autora destaca uma observação da própria Briet que lembra que a cultura latina e seus herdeiros atribuíram à palavra documento o significado de prova, abordagem referendada também pela Union Française des Organismes de Documentation.

Podemos dizer que Briet trata a concepção de documento orientada por dois critérios, os quais são baseados na “*estrutura física*” do documento estabelecido de forma material para fins de prova, estudo ou consulta e por meio de “*estruturas abstratas*” manifesta através de ideias apresentadas como indícios simbólicos mantido com a finalidade de representar ou comprovar um fenômeno intelectual ou um acontecimento (MURGUIA, 2011).

Para Mostafa (2011), o pensamento de Briet sobre a noção de documento evidencia que para ela os objetos e os seres apresentam sua documentalidade conforme são relacionados a outros. Segundo constata essa autora, Briet ampliou a noção de documento por conceber como documento primário (antílope na savana) tudo relativo a este (som do grito, fotografias, artigos, etc.) em qualquer suporte material.

Concomitantemente, ela restringiu a noção de documento ao considerar como secundário, documentos resultantes de prévia seleção, limitado a determinadas situações.

Sobre este assunto, Lara (2010) indica que é preciso fazer distinção entre documento primário que é “*criado pelo autor*” do documento secundário que é “*gerado a partir deste*” como fruto da atividade documentária mais estrita. Nessa abordagem, são apresentados como exemplos de documentos secundários: traduções, guias de orientação, dossiês, sínteses documentárias, bibliografias, análises, boletins de documentação, *clippings*, catálogos, etc.

Consoante com a exposição de Lara e de Mostafa, podemos argumentar que a proposta de discurso documentário de Briet se destacou especialmente por sua vasta competência em gerar documentos secundários a partir de documentos primários, objeto de estudo focalizado na análise, descrição e organização capaz de propiciar a criação de uma rede de documentos sobre documentos. Como se vê, o tratamento da documentação sob esse prisma não produz apenas condições propícias para gerar novos produtos documentários, mas também pode oferecer meios de aprimorar os recursos informativos e até mesmo impulsionar a geração de inovação.

Do ponto de vista conceitual, Lund (2009) reconhece que Otlet e Briet foram muito conscienciosos sobre a necessidade de teorizar o campo e em estabelecer princípios para a prática documental. Logo, podemos inferir que Briet e Otlet tinham importante ponto em comum, ou seja, o foco em melhorar a prática da documentação e consequentemente resolver questões práticas.

Num olhar comparativo, verifica-se que Otlet foi pioneiro em ampliar a noção de documento desde os primeiros anos de constituição do Instituto Internacional de Bibliografia. Quando ocorreu a publicação do *Traité de Documentation* em 1934, ele já havia firmado a percepção de documento como objeto tridimensional e extrapolado a noção restrita ao livro. Mas, uma das contribuições fundamentais de Otlet foi justamente conferir ao documento um papel profundamente social, compreendido como veículo de comunicação, acumulação e de transmissão de conhecimentos. De modo análogo, Suzanne Briet teve papel importante por expandir ainda mais o conceito de documento, por refletir sobre os documentos secundários cujo estudo deu origem ao termo/conceito de produção documentária e por atuar de forma crucial na popularização

da Documentação na França, tendo seu discurso apoiado na proposta de descentralização da documentação.

Posteriormente, a abordagem sobre o conceito de documento iniciado por Otlet e ampliado por Briet seria continuada por outros discípulos da versão clássica. Após seu falecimento, o desenvolvimento da Documentação cresceria principalmente em solo francês, mas outras correntes surgiriam como a espanhola e a anglo-saxã e contribuiria amplamente na consolidação e reconhecimento do campo da Documentação.

3.2 O documento no Direito.

No campo do Direito, a concepção de documento compreendida no cenário jurídico nacional encontra-se fixada e regulada pelo Direito Processual, através do Código de Processo Civil, como parte da fase probatória do processo.

Numa visão abrangente, o documento pode ser compreendido como objeto de interesse social indispensável para o exercício da cidadania, fonte de informação, elemento para comprovação de atos ou fatos, meio de prova judicial, como também registro de eventos administrativos. Culturalmente a comunidade jurídica entende a acepção de documento como componente fundamental para o exercício de suas funções, sendo a matéria-prima que subsidia basicamente toda atividade gerada nos diversos institutos jurídicos.

Ao adentrar no Direito, o documento assume abrangência e função específica que se configura de modo condizente com a área de especialidade com o desígnio de produzir efeitos previstos. Assim sendo, o campo de conhecimento é um fator determinante na natureza do documento. Partindo desse entendimento, Guimarães (1993; 1994) afirma que a forma documentária varia em função do propósito do próprio documento e por isso, o resgate da função desempenhada por este, no âmbito de atuação é um requisito primordial para que se possa proceder o tratamento documentário e a organização da informação.

Podemos dizer que a produção de documentos no campo do Direito é proveniente, em sua maioria das fontes legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, as quais produzem a chamada documentação jurídica. Mas como lembra Silva (2010), estes não representam a totalidade de documentos de natureza eminentemente jurídica, como os atos

administrativos dos órgãos públicos e de instituições particulares, documentos de natureza notarial, proveniente das fontes intelectuais, etc.

Convém observar que em uma análise superficial qualquer documento com uma característica mais formal ou mesmo com atributos triviais podem ser interpretados como de interesse jurídico. Todavia, o aspecto que de fato pode distingui-los é o reconhecimento como documento originalmente constituído na área jurídica com a finalidade de preservar e regular interesses públicos ou particulares (GUIMARÃES & NASCIMENTO, 2004).

No contexto do ordenamento jurídico brasileiro, a compreensão de documento é definida pelo artigo 332 do Código de Processo Civil brasileiro (CPC) que estabelece como conceito formal de documento, *“todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não específicos neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa”*.

Ao buscar definições sobre a noção de documento na literatura da Ciência do Direito, verifica-se que a manifestação do conceito de documento expressa por diversos autores são em grande maioria, baseadas no Direito Processual Civil, Direito Processual Penal e no Direito Civil brasileiro, conforme apresentaremos a seguir.

Na visão de Chiovenda (2000, p. 333) *“documento, em sentido amplo, é toda representação material destinada a reproduzir determinada manifestação do pensamento, como uma voz fixada duradouramente”*.

Com ênfase na função probatória, Santos (1980, p. 338) afirma que *“documento é a coisa representativa de um fato e destinada a fixá-lo de modo permanente e idôneo, reproduzindo-o em juízo”*.

Dentre as diferentes abordagens proferidas para pontuar o conceito de documento, a mais recorrente entre os autores refere-se ao conceito de prova documental, relacionada à forma prevista para os atos processuais, segundo o qual o meio de expressão comumente utilizado é o escrito.

Nessa vertente, Pontes de Miranda (1959, p.357) um dos autores mais consagrados no campo do Direito, em sua percepção clássica infere *“o documento, como meio de prova, é toda coisa em que se expressa por meio de sinais, o pensamento”*.

Em referência ao Direito Processual, Guimarães (1994) considera a definição de Tucci como uma das mais detalhadas e completas, segundo o qual:

“documento, como meio de prova, é documento escrito, ou seja, aquele em que a representação idônea e permanente do fato é efetuada mediante a palavra escrita. E documento escrito, reproduzido em juízo, num processo em curso, a fim de que o órgão jurisdicional possa, conhecendo-o, inteirar-se de seu conteúdo, em prol da formação de seu convencimento” (TUCCI, 1977 citado por GUIMARÃES, 1994).

Pereira (2009, p. 507) manifesta sua opinião focalizando o conceito de maneira figurativa como *“a mais nobre das provas é a documental”*.

Com uma posição mais pragmática, Diniz (1998) apresenta sua acepção diferenciando o enfoque dado em cada segmento jurídico. Assim, sob o prisma do Direito Civil, ela entende que o documento é: *“a) escrito oficial que identifica uma pessoa; b) instrumento escrito que juridicamente, faz fé daquilo atesta, a exemplo do contrato, escritura pública, certificado, atestado, recibo, título, etc. c) instrumento público ou particular”*.

Sob a luz do Direito Processual Civil e Direito Processual Pena, Diniz entende o documento como: *a) qualquer escrito oferecido em juízo que forneça prova da alegação do litigante; b) qualquer fato que possa comprovar ou testemunhar algo; c) prova documental; d) qualquer escrito que tenha relevância jurídica*.

Ao analisar as respectivas definições, percebe-se que em síntese, todas carregam em si alguma semelhança ou se apresentam de forma complementar. Nota-se também que para alguns doutrinadores o documento foi estabelecido como sendo "escrito" e não como "coisa" ou "objeto", embora tais modelos sejam admitidos como formas documentárias pelo Código de Processo Civil.

Marcacini (2002) argumenta que esta questão justifica-se pelo fato de que até meados do século XX, o documento era necessariamente estabelecido em algum meio físico. Contudo, verifica-se que esse tema associa-se profundamente ao aspecto cultural, pois no meio jurídico adota-se como hábito comum o uso de documentos impressos como

forma de se comprovar fatos ou direitos, questão que sempre foi muito forte e arraigada e que ainda é predominante hodierna.

Com relação às definições do conceito de documento jurídico anteriormente apresentados, destaca-se como traços particulares:

- o uso da forma solene (escrita) com predominância
- a admissão de artefatos não restrito a forma escrita
- validade jurídica como prerrogativa
- uso de evidência como comprovação da verdade de um ato/evento
- aplicação da função probatória no contexto do processo

Destarte, pode-se inferir que a definição estabelecida no Código de Processo Civil considera como documento um artefato utilizado como evidência para comprovar a veracidade de um ato ou acontecimento, o qual pode servir como prova, mas que não foi feito especificamente com essa finalidade. Em outras palavras, o documento jurídico pode ser compreendido como qualquer objeto que represente materialmente um ato ou evento, não limitado ao modelo convencionalmente escrito.

Apesar de o documento impresso ser o modelo mais convencionalmente utilizado, o uso de outros artefatos como modelo não é incomum. Entretanto, admite-se que se trata de uma característica que pode suscitar dúvidas e gerar dificuldades no tratamento documentário de áreas especializadas no campo do Direito, como a Criminal, Propriedade Intelectual, Direito Digital, onde é comum o formato do documento extrapolar o uso do modelo convencional. Mas, os estudos desenvolvidos na Ciência da Informação já demonstraram que independente de ser um campo especializado ou do tipo de suporte, o documento jurídico é constituído de signos e elementos informativos os quais são subsídios fundamentais para realizar o tratamento e organização.

A inserção do documento como elemento de prova e testemunho visa resguardar os direitos e deveres (individuais e coletivos) com a finalidade de manter em harmonia as relações sociais. O termo “prova” provém do latim *probo*, *probus* e *probatio*. Este último emana do verbo *probare*, que significa persuadir, demonstrar, examinar. Na terminologia jurídica o termo “prova” remete a todo elemento factível de levar conhecimento de um fato a alguém. Já o termo *provar* refere-se ao ato de demonstrar a verificação em juízo, pois o que se prova é uma afirmação.

Marques (2011) explica que sob a acepção do Direito, o termo “prova” possui uma série de significações podendo se referir a vários sentidos como: fato representado, a atividade probatória, ao meio ou fonte de prova, ao procedimento pelo qual os sujeitos processuais obtêm o meio de prova ou como resultado do procedimento. Apesar dessa pluralidade de significados, o autor destaca a noção tridimensional de prova, conceituada como “*atividade*”, “*meio*” e “*resultado*”.

Como “*atividade*”, a prova expressa o conjunto de atos realizados pelo juiz e pelas partes com a finalidade de reconstituir os fatos que instituíram a base das pretensões expostas e da decisão determinada pelo juiz. Como “*meio*” a prova tem um conceito de instrumento, pois é dela que emanam as informações sobre os fatos e circunstâncias explicitadas no processo. E por último como “*resultado*”, a prova é compreendida como sinônimo de êxito ou de valoração consubstanciado no entendimento e convicção do juiz (MARQUES, 2011).

É oportuno clarificar que os meios legais de prova foram estabelecidos nas regras dos artigos 342 a 443 no Código de Processo Civil, incluindo também os que não foram especificados, mas que sejam moralmente legítimo (artigo 332), lícito e idôneo (artigo 170), este último abrangendo o documento eletrônico, embora este não esteja no escopo do presente estudo.

Como vimos o artigo 332 do Código de Processo Civil, estabelece uma conceituação para a compreensão de documento no âmbito do Direito. Apesar disso, a legislação nacional não prevê nenhum tipo de suporte determinado (seja físico, digital ou em qualquer outra modalidade) para categorizar ou fixar o documento.

Para Murata (2010), nessa concepção é reconhecido como documento jurídico qualquer suporte que contenha informação ou conteúdo registrado e sob esse enfoque é no conteúdo que o documento revela sua real importância. O suporte é apenas um meio de viabilizar o registro/informação que é o mais relevante.

A doutrina jurídica destaca ainda outros dois aspectos atinentes ao documento, a saber, a autoria e a autenticidade. A primeira refere-se a “criação”, isto é, constituição material e intelectual do documento. Logo, a autoria material ou imediata é atribuída a quem redige e elabora o documento.

É no contexto da autoria que se define se o documento é público ou privado. Dessa forma, se o autor do documento for um agente público no exercício de sua função, o

documento será público. Em contrário, qualquer documento emanado de autores particulares que seja constituído sem a interferência de um tabelião, órgão ou agente público autorizado, será um documento privado.

Acerca do conceito de documento público e documento particular, Guimarães (1994, p.70) informa:

“os documentos públicos, ou escrituras públicas, são escritos e passados por serventuário público com competência específica para tal, seguindo formalidades legais pré-estabelecidas e gozando de presunção de autenticidade, conforme o art. 364 do CPC. Já os documentos particulares, por sua vez, são oriundos de autores particulares, ou seja, formados sem a intervenção de oficial, órgão ou servidor público.”

Segundo estabelece o artigo 364 do Código de Processo Civil, o documento público faz prova não apenas de sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, tabelião ou servidor público declarar que ocorreram em sua presença.

Para abordar a questão da função probatória do documento, preliminarmente é preciso explicar que no domínio do Direito existe uma sutil, mas relevante diferenciação entre a compreensão de “documento” e de “instrumento”, embora estes sejam termos próximos e relacionados.

Denomina-se instrumento o escrito celebrado por um oficial público no desempenho de suas funções, com a finalidade de fazer prova solene de um determinado ato jurídico. Portanto, o instrumento público é uma declaração de vontade constituída com o propósito especial de se fazer prova de um ato, fato ou negócio jurídico. Em oposição, o documento jurídico trata do registro de um ato, fato ou evento que pode ser utilizado para comprovar algo, mas não foi criado com este propósito.

Desse modo, no contexto de prova involuntária o documento pode ser utilizado em sua função probatória, independente do intuito para o qual foi elaborado. De diferente forma, na prova pré-constituída o documento é elaborado com a finalidade de prova futura, criado previamente com desígnio determinado. O quadro 1.1 aponta exemplos documentais de cada modalidade.

DOCUMENTO	INSTRUMENTO
Prova involuntária Exemplo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Carta que traz declarações a respeito de uma negociação ▪ Troca de e-mails 	Prova pré-constituída. Exemplo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contrato ▪ Recibo ▪ Escrituras

Fonte: adaptado de Murata, 2010.

No que concerne à forma probante, os documentos públicos gozam da prerrogativa da autenticidade. De igual modo, os traslados e outros instrumentos emitidos por oficial público fazem a mesma representação de prova que os documentos originais. Nesta mesma categoria se incluem as reproduções dos documentos públicos, desde que autenticadas por um oficial público ou devidamente conferidas em cartório, mediante a apresentação dos respectivos originais, conforme previsto no artigo 365 do Código de Processo Civil.

De acordo com a Constituição Federal é vedada a União, Estados Distrito Federal e Municípios a recusa de reconhecimento (fé) dos documentos públicos provenientes de autoridades legitimadoras como os oficiais, órgãos ou servidores públicos como no caso da escritura pública que é dotada de fé pública e faz prova plena. No âmbito prático, isso significa que este tipo de documento é suficiente para fazer a comprovação, dispensando a apresentação de outros documentos para cumprir o mesmo efeito.

No campo do Direito, a questão da autenticidade encontra-se amparada juridicamente pelo Código Civil que estabelece que as declarações constantes em documentos assinados são consideradas como verdadeiras em relação aos signatários. Respectivamente, o Código de Processo Civil reputa a autoria do documento particular aquele que o fez e o assinou ou ainda aquele que mandando compô-lo, não o assinou porque seguindo a experiência comum, não se costuma assinar documentos como livros comerciais e registros domésticos.

Como previsão legal, o Código de Processo Civil também estabelece questões concernentes à falsidade documental. Com efeito, cessa a fé do documento seja este público ou particular, sendo este declarado judicialmente falso. Para tanto, a falsidade do documento consiste em produzir um documento “não verdadeiro” o ainda em alterar um documento verdadeiro.

No domínio da documentação jurídica, existem três possibilidades relacionadas à autenticidade apresentadas por Guimarães (1994), como segue: documentos autênticos, documentos autenticados e documentos sem autenticidade.

No caso do documento autêntico ou original, a autenticidade pode ser comprovada no teor do próprio documento desde que tenha sido conservado o seu caráter de perícia, mantendo a forma originalmente genuína em que foi concebido. Como indícios de autenticidade pode-se citar a originalidade da assinatura e as chancelas de autarquias reguladoras ou notariais.

Á esse respeito, Marcacini (2002) afirma que o documento físico original é um objeto único, mas também lembra que no contexto jurídico é comum que documentos e instrumentos sejam feitos em um número maior de vias, cujos originais idênticos são distribuídos aos signatários.

Para ilustrar este argumento, podemos citar como referência o caso dos documentos societários, configurado em atos como o contrato social ou estatuto social. Por tratar de um documento muito requisitado e de valor perene é comum a realização do registro de mais de um original com a finalidade de garantir a devida representação jurídica.

Já o documento autenticado consiste em cópia idêntica emitida a partir do próprio original o qual foi previamente conferido pelo notário ou tabelião e validada com fé notarial, sendo munido de força para substituir o original, com exceção dos casos previstos na legislação notarial.

Por fim, os documentos sem autenticidade são aqueles não tem eficácia para fins de prova. Um exemplo comum são os documentos jurídico-administrativos que possuem caráter meramente informativo como relatórios que retratam uma situação momentânea.

Em suma, apesar de a autenticidade tratar de uma matéria prevista na esfera jurídica será no plano da Diplomática que a documentação jurídica encontrará o aporte teórico e metodológico necessário para elucidar as questões relativas a legitimidade, elaboração do documento jurídico, modos de transmissão e demais aspectos que ajudam a verificar

a credibilidade e reconhecer as categorias desse tipo de documento, conforme apresentaremos adiante.

3.3 O documento no contexto da Diplomática.

A Diplomática é uma ciência antiga que surgiu no século XVII na França, primordialmente voltada aos estudos da Paleografia e do Direito Eclesiástico que no decorrer do último século ampliou sua interface de atuação junto ao campo da História, do Direito e da Ciência da Informação, atuando com disciplinas ligadas a esta.

A origem desta ciência despontou em função da premência de se estabelecer uma sistemática para lidar com a falsificação de documentos afluente na Idade Média, questão que despertou o interesse pela crítica documental, a qual demonstrou ser uma ferramenta valiosa para o estudo do documento quando foi incorporada nos estudos filológicos e teológicos desenvolvidos por algumas ordens religiosas a partir do século XVII.

Segundo Valente (1978), a questão nasceu de um confronto de caráter político religioso entre duas ordens, os jesuítas e os beneditinos os quais há muitas décadas se dedicavam ao trabalho hagiográfico com a finalidade de publicar uma grande obra histórico-biográfica dos santos. O padre Daniel van Papenbroeck, um jesuíta que era estudioso em documento, utilizando uma abordagem muito próxima da científica, estabeleceu a “*crítica documental*” entre o seu grupo com o intuito de depurar a vida real dos canonizados. No entanto, o procedimento adotado ficou comprometido por não estar livre de pressupostos de ordem pessoal. Ocorre que Papenbroeck partia do entendimento de que os documentos seriam tanto menos dignos de fé quanto mais fossem antigos.

Algum tempo depois, esse jesuíta declarou como falso um diploma assinado pelo rei Dagoberto I, o que anulava também outros diplomas do acervo da abadia de Saint Denis, os quais haviam sido preservados pelos beneditinos e validado por estes como autênticos. A questão gerou grande constrangimento porque de modo semelhante aos jesuítas, os beneditinos se dedicavam aos estudos da crítica com profundidade.

Inconformados e com intuito de resguardar o nome da ordem, partiram para a “guerra documental”.

Como resultado desse embate, Dom Jean Mabillon, um beneditino de Saint Denis foi o designado para desfazer o equívoco. Assim, durante os seis anos subsequentes, ele realizou pesquisas em vários acervos documentais eclesiásticos da Alemanha, Itália e França. Finalmente, com base em rigoroso e metódico estudo investigativo, estabeleceu regras básicas de crítica textual em seu tratado denominado “De RE Diplomatic Libri VI”, com o qual assinalou o nascimento da Diplomática, por incorporar todos os aspectos científicos relevantes (VALENTE, 1978).

Duranti (1995) enfatiza que o reconhecimento e assimilação do trabalho de Mabillon em toda Europa, ocorreu justamente por apresentar um objeto de estudo, representado pelos documentos medievais analisados e pelo rigor científico adotado, explicitado através da análise comparativa utilizada como metodologia.

De fato, Mabillon foi o primeiro a realizar efetivamente uma sistematização rigorosa sobre autenticidade, elevando o documento a uma categoria de elemento válido e de valor significativo. Para consolidar o campo da Diplomática, utilizou mais de 200 modelos documentais de diferentes categorias e estudou todos os possíveis aspectos que podiam ser analisados como suporte, tinta, língua, escrita, pontuação, abreviatura, fórmulas, assinatura, signos especiais, notas de chancelaria, etc. (DURANTI, 1995).

Berwanger & Leal (1995) afirmam que com base em sua gênese constitutiva, o termo “Diplomática” foi empregado por Mabillon para denominar “*a ciência que estuda o conjunto de documentos que possam constituir fontes históricas, registros judiciais, atos e outros documentos oficiais*”, tendo como desígnio principal julgar a legitimidade e credibilidade dos documentos bem como interpretar o conteúdos destes.

Com efeito, as principais contribuições da obra de Mabillon foi o estabelecimento de critérios (por meio de uma sistematização metodológica), para diferenciar os documentos falsos dos autênticos considerando a necessidade funcional, relevância e valor jurídico e probatório implicados no documento.

Nascimento (2009) avalia que a metodologia apresentada na obra De RE Diplomatic Libri VI, aponta como forma de procedimento o exame dos caracteres internos e externos dos atos escritos e seus meios de validação, contextualizados nas regras da crítica diplomática.

Estes envolvem aspectos elementares que compreendem tanto a “*crítica externa*”, que tem por finalidade analisar a aparência do papel, a letra, os selos, etc. como o “*estudo do formulário*” que visa examinar a forma de compor o documento, abarcando os modelos documentais pertencentes à Diplomática, como os atos jurídicos. Logo, este tipo de análise focaliza tanto a forma do documento com base em seus elementos constitutivos internos (como a língua e o próprio texto) como os caracteres externos do documento (como tipo de tinta e de papel, assinatura, chancelas etc.).

A Diplomática em suas atribuições desempenha três principais funções que corresponde respectivamente, a “*função crítica*” que visa distinguir os documentos falsos e alterados dos documentos autênticos, determinando sua fidedignidade e validade jurídica; a “*função classificadora*” que tem por finalidade determinar os grupos de documento com base no vínculo existente entre a entidade produtora e estrutura (interna/externa) do documento; e a “*função jurídica*” que estabelece as classes documentais como instrumentos jurídicos para que possa resguardar direitos ou desempenhar o seu papel no contexto dos negócios jurídicos (BERWANGER & LEAL, 1995)

Nascimento (2009) e Rondinelli (2013) consideram que Mabillon priorizou especialmente o caráter jurídico do documento diplomático, pois ele adotou uma concepção apoiada na visão de que apenas os documentos jurídicos eram de interesse para a análise diplomática, já que o objetivo precípua era determinar a autenticidade do documento para fins legais. Dessa forma, a Diplomática delimitou seu foco de atuação com base na caracterização dos documentos jurídico-administrativos, compreendido como objeto de estudo.

Nessa linha, Bellotto (1999: 2008) enfatiza que a Diplomática talvez seja a mais antiga das chamadas “ciências documentárias”, sendo reconhecida por se ocupar tanto do estudo das espécies como da descrição e explicação da forma dos atos escritos, servindo-se dos aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos e lhes conferir validade legal. Com a visão pautada nos conceitos do Direito Administrativo, esta autora conceitua:

“o documento diplomático é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico que, por sua vez, é consequência do fato administrativo ou jurídico. Se é “ato jurídico todo ato lícito, que tenha por fim imediato adquirir, resguardar,

transferir, modificar ou cessar direitos”, o ato administrativo é ato jurídico, porém eivado pela finalidade pública”.

Partindo de uma de definição legal, Meirelles (1998, p.132) informa que na atividade pública geral são incorporadas três categorias de atos distintos, a saber: os atos legislativos, atos judiciais e atos administrativos, os quais se encontram previstos na Documentação Jurídica. Em especial sobre o ato administrativo, explica que é exatamente o mesmo ato jurídico, do qual se diferencia apenas como uma categoria informada pela finalidade pública. Como estabelece o Código Civil (CC, art. 81) é *"ato jurídico todo aquele que tenha por finalidade imediata adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos"*. Portanto:

"ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que agindo nesta qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria".

Consoante com essa visão, Guimarães (1994) confirma que o documento diplomático tem como prerrogativa a obediência aos requisitos formais de redação e a ênfase no conteúdo de natureza jurídico-administrativa, tendo sido escrito e gerado na área pública.

Como se pode notar, a Diplomática privilegia em especial o documento consubstanciado como ato administrativo do qual surtirá efeitos jurídicos, redigido com base em fórmulas pré-estabelecidas, a fim de cumprir efeitos previstos, tendo como objeto de interesse específico o documento produzido na esfera da área pública.

Sob o viés da Diplomática, o conceito de documento está indissociavelmente ligado à natureza jurídica do ato administrativo ou de um ato ou negócio jurídico, pelo qual se constitui, altera ou encerra uma determinada situação jurídica, redigido com a observância de uma formalidade de discurso que lhe confira a capacidade probatória necessária para produzir os efeitos esperados.

Rabello (2009) e Guimarães (1994) endossam a concepção de Nuñez-Contreras (1981) que entende que o documento diplomático é caracterizado por três elementos básicos

que compreende a natureza estritamente jurídica, o conteúdo escrito e a forma de redação. Assim, a noção de documento diplomático tem como característica peculiar evidenciar, transmitir e representar a dinâmica funcional administrativa de seus órgãos geradores, pois este foi constituído num primeiro momento com a finalidade de cumprir sua função precípua que de sobremodo reflete também as atividades do seu órgão gerador.

Além de cumprir essa função “jurídico-administrativa” básica, estes documentos podem servir posteriormente como documentos históricos e de memória, condição válida para documentos jurídicos como os de caráter permanente e os documentos narrativos que podem servir para atender a interesses secundários com a extinção de seus desígnios burocráticos.

Bellotto (2000; 2008) aponta que a Diplomática ocupa-se do estudo da estrutura formal dos atos escritos de origem notarial e/ou governamental e explorando a natureza do documento diplomático, argumenta que sua aplicação gira em torno da estrutura e finalidade do ato jurídico. Assim, são identificados como indícios para o reconhecimento do documento diplomático:

- autenticidade em relação a espécie, conteúdo e finalidade;
- datação (tópica /cronológica)
- origem
- meios de transmissão
- fixação do texto

Considerando que o documento diplomático em geral é presidido por uma fórmula preestabelecida, ou seja, é configurado por um formato padronizado, entende-se que este, poderia ser mais um indício, além dos propostos por Bellotto.

Examinando a natureza constitutiva do documento, Nascimento (2009) resgata a caracterização de documento diplomático identificada por Theodor von Sickel a qual contempla o “testemunho escrito”, “teor documental sobre um fato de natureza jurídica”, “redação sob forma determinada”, sendo “variável em relação ao lugar, à época, à pessoa e ao negócio”.

Na aplicabilidade metodológica da Diplomática, insere-se também à questão da autenticidade do documento, da qual a acepção não coincide necessariamente com a condição de autenticidade atribuída legalmente, em virtude da autonomia de critérios.

Nascimento & Guimarães (2007), observam que a Diplomática possui uma dimensão atual e aplicável que fornece parâmetros para se investigar a autenticidade e veracidade do documento, cujos anseios são condizentes aos aspirados pelo Direito. Para tal, atributos característicos de confiabilidade foram cunhados e encontram-se manifestos nos documentos escritos mais simples, como formalizado através da subscrição (assinatura) do documento que não somente valida transações, mas pode conferir autenticidade aos documentos.

Sobre este tema, Duranti (1995) chama a atenção para o fato da concepção de autenticidade diferir totalmente do conceito de confiabilidade, posto que um documento pode ser reconhecido como autêntico, mas não ter o conteúdo plenamente confiável. Como afirma:

“são considerados documentos autênticos aqueles que suportam prova sobre si mesmos, a intercessão durante ou depois de sua criação, realizada por representante de uma autoridade pública que ateste sua fidedignidade” (DURANTI, 1995, p.29, tradução nossa).

Portanto, na abordagem da Diplomática a concepção de autenticidade refere-se ao documento que possui todas as informações originais e fidedignas de uma determinada origem, redigido de acordo com as convenções aplicadas e estabelecido com o nome e assinatura da pessoa ou representante de órgão competente (DURANTI, 1995).

Retomando as premissas a partir do método desenvolvido por Mabillon que conferiu um caráter aplicado para o documento através da Diplomática, verifica-se que a influência do seu trabalho atingiu o auge na metade do século XVIII, quando o ensino da Diplomática e da Paleografia (por ele estabelecida), se propagou e passou a integrar o currículo dos cursos de Direito e de outras Escolas de ensino superior da Europa. (BERWANGER & LEAL, 1995).

Para Tognoli & Guimarães (2009) dentre essas, a Escola francesa e a Escola austríaco-alemã são reconhecidas pelo valor das contribuições teóricas proposta à Diplomática geral, que como corpo de conceitos passou a se ocupar da teoria que trata seu objeto e as condições do seu método. Assim, a partir desses subsídios ocorre progresso significativo no século XIX, em especial com o avanço dos estudos apresentados pelo educador e historiador Theodor von Sickel e pelo jurista Julius Ficker .

A contribuição de Sickel foi assinalada quando ele observou, ao confrontar documentos elaborados pelas chancelarias que alguns atos identificados como falsos na verdade tinham sido criados pelos próprios destinatários. A partir disso, consegue diferenciar o criador (autor) do documento do destinatário, este último quem de fato o havia redigido (TOGNOLI & GUIMARÃES, 2009).

Rabello (2009) esclarece que baseado na proposta de Sickel, Julius Ficker desenvolveu e ampliou o “método diplomático” quando realizou a comparação entre textos produzidos no setor público com o intuito de discernir o estilo aplicado por cada chancelaria (oficina especializada). Como resultado dessa comparação, Ficker desenvolveu um modelo de análise referente à elaboração dos atos, focalizando as formas documentais. Neste, individualizou as etapas de elaboração do documento, conceituadas respectivamente como “*acto*” (ação) e “*conscriptio*” (documentação) que em referência ao documento de caráter público, representam as datas pertinentes à ação jurídica e a promulgação do ato.

Em decorrência desse aporte, surge a preocupação científica voltada para o estudo das formas documentais a partir da metade do século XX. O alemão Heinrich Brunner, outro historiador jurídico viria posteriormente a contribuir no desenvolvimento dos estudos diplomáticos ao aperfeiçoar os estudos iniciados por Sickel e Ficker, no que refere à análise de documentos medievais privados.

Nessa direção, mas com uma visão mais contemporânea Georges Tessier professor honorário da *École de Chartes* e autor da obra “*Le Diplomatie*” publicada em 1966, defende como objeto de estudo da Diplomática a descrição e explicação das formas dos atos escritos com a finalidade de analisar as formas dos documentos e compreender as inferências produzidas por estes no contexto cultural e social (NASCIMENTO, 2009).

Para determinar o documento diplomático Tessier utiliza o enfoque jurídico social percebendo a manifestação deste como:

"todos os escritos onde se expressam as relações jurídicas [...], onde se manifestam a necessidade de notificar decisões e assegurar sua execução, de definir sua situação diante dos Estados vizinhos, ou o desejo legítimo de um particular de dar às relações de negócios que ele firma com seus semelhantes o

máximo de segurança e eficácia". (TESSIER 1966, citado por NASCIMENTO, 2009).

Em referência ao tema, Duranti (1995) pontua que a forma é constituída com base nas características manifestadas física e intelectualmente, sendo estabelecida por meio de regras de representação que visam transmitir uma determinada mensagem. Essa posição evidencia a ampliação conceitual de documento diplomático proposta pela autora, que entende este como sinônimo de registro, caracterizado por sua autenticidade, na qual a configuração da forma documental depende da função e do contexto sociocultural em que foi produzido.

Em referência às tendências contemporâneas do estudo da Diplomática e do documento como seu objeto, verifica-se o termo “forma” tem sido observado como uma “palavra chave” por englobar os caracteres externos do documento, sua disposição material e ordem interna do texto contida no discurso diplomático (TOGNOLI & GUIMARÃES, 2009).

Nessa acepção, as condições de “elaboração do ato” e a “forma” do documento interessam à medida que o enfoque da Diplomática permite visualizar o seu aperfeiçoamento e evolução tanto no âmbito da aplicação como o que tange o aspecto social do documento enquanto objeto. Essa questão possui tamanha importância que Paul Otlet aborda no *Traité de Documentation* os elementos previstos “crítica formal” e no “estudo do formulário” os quais estão inclusos na “crítica Diplomática”.

De tais conjecturas percebe-se ainda certa convergência entre a proposta de Tessier e de Otlet, pois ambos se preocuparam abordar as formas documentais como também consideraram a perspectiva social do documento. Ao abordar a Diplomática Tessier menciona de modo abrangente a maioria das fontes jurídicas, mas não as cita de forma explícita. Em contraponto, Otlet não dedica um item especial para explorar a Diplomática em seu *Traité de Documentation*, mas a temática consta implicitamente presente no tópico em que aborda “os elementos que compõe o documento” no qual discute os elementos materiais do documento que engloba: o suporte, as formas, o papel e suas características, os tipos de tintas, os signos e elementos gráficos, a escritura, alfabeto e demais caracteres tipográficos abarcando até mesmo os elementos previstos na Paleografia.

Por último, convém elucidar que com a evolução da “Diplomática” (que tem como objeto a espécie documental) constituiu-se a “Diplomática Contemporânea”, também denominada “Tipologia Documental”, em que os estudos concentram-se em direção da gênese documental, tendo como objeto o tipo documental que é entendido como parte componente no complexo dos “conjuntos documentais”.

Rondinelli (2013) explicita que diferentemente da “Diplomática Contemporânea”, a “Diplomática clássica” se ocupa exclusivamente do estudo dos documentos de natureza jurídica, os quais são dotados de fé, possuem forma documental específica e foram criados para fins legais.

Rabello (2009) preocupou-se em distinguir as abordagens atribuídas a Diplomática considerando os interesses dos autores e respectivas correntes teóricas. Conforme entende, a Diplomática clássica *“leva em consideração a espécie documental e todos os seus aspectos formais, físicos e intelectuais [...] que garantem validade jurídico-legal da unidade documental”*. Já a Tipologia Documental *“considera os aspectos diplomáticos somado à diversidade do tipo documental referente ao coletivo orgânico do qual faz parte”*.

Nesse contexto, pode-se inferir que no caso da Diplomática clássica a atenção focaliza-se no documento de forma isolada, como representante de sua espécie documental como, por exemplo, no caso do contrato, do alvará, do acordão, da certidão, do decreto e etc., que são exemplos reconhecidos de documentos diplomáticos. Já no campo da “Diplomática Contemporânea”, isto é “Tipologia Documental”, o documento é compreendido como parte do complexo orgânico de um conjunto de documentos, sendo compreendido no contexto de uma mesma série documental.

Bellotto (2008, p.7) afirma que no caso da Diplomática Contemporânea o documento:

“é entendido como componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. Neste sentido, o conjunto homogêneo de atos está expresso em um conjunto homogêneo de documentos, com uniformidade de vigência”.

Portanto, pode-se entender que a diferença reside na ênfase dada para cada abordagem. A Diplomática Clássica privilegia o enfoque jurídico ao delimitar o documento de natureza eminentemente jurídica como objeto de estudo. Vale lembrar, que os documentos públicos constam previstos na Documentação Jurídica no contexto de suas principais fontes, isto é, legislativa, doutrinária e jurisprudencial.

Em contraposição, a Diplomática Contemporânea utiliza a abordagem Arquivística e considera todos os documentos produzidos no curso de qualquer tipo de negócio. Dessa forma, partindo da relação interdisciplinar entre a Diplomática e a Arquivística, adapta e se vale do mesmo corpo de conhecimento (vigente na Diplomática Contemporânea), para aplicá-lo aos documentos arquivísticos.

Não obstante, a relação interdisciplinar entre a Diplomática e a Arquivística pode ser considerada ainda recente, pois seus laços se estreitaram somente na década de 1960, quando Robert-Henri Bautier professor da École de Chartes, identifica o documento de arquivo como objeto comum da Arquivística e da Diplomática. Desse modo, sob essa nova ótica, se afirmaria a fusão conceitual entre documento diplomático e documento de arquivo (RABELLO, 2009).

Finalmente, a apresentação das abordagens de documento, na Documentação, no Direito e na Diplomática, teve como finalidade precípua fornecer subsídios para uma compreensão ampla dos aspectos corporificados pelo documento jurídico, os quais comportam indícios significativos que podem subsidiar a organização deste tipo de informação. Com relação a comparação da noção de documento encontradas na Documentação, no Direito e na Diplomática, se pode fazer as seguintes inferências:

Na “*Documentação*” o documento é compreendido com uma visão abstrata e organizado em função de sua capacidade de informar e de promover o conhecimento por meio do acesso da informação registrada, de possibilitar a geração de novos produtos documentários através de produção de documentos secundários e de promover a geração de inovação através do aprimorar os recursos informativos. Nesse contexto a noção de documento como evidência, refere-se muito mais a condição de materialidade do objeto do que do sentido de “prova”, embora o conceito seja convergente com a perspectiva do Direito.

No “Direito” a aceção de documento demonstra consenso de opinião entre os autores e convergência com a visão apresentada no âmbito da legislação. De modo consoante

com a Documentação, não estabelece fixação de forma e nem de suporte. No entanto, seu interesse se focaliza na função jurídica e na produção dos efeitos gerados a partir do documento. Nessa abordagem, se privilegia sempre a representatividade de um fato/ato, o qual deve ser anterior à causa demandada. Conforme se apurou, a noção de documento apresentada no Direito denota prevalência deste como testemunho e evidência, tendo função específica (probatória) no contexto do processo. Ademais, embora não estabeleça a fixação de forma, prevê traços característicos para a modalidade convencional (documento escrito), como a forma solene que determina um “padrão” para cada documento e que propicia a singularização e reconhecimento de cada espécie, prerrogativa de validade em seus efeitos jurídicos e autenticidade.

Na “Diplomática” verifica-se que a constituição conceitual de documento configura-se a partir da interação deste com o campo do Direito, baseado numa relação de recíproca influência. Nessa ótica, a noção de documento é percebida como evidência que se produz sobre o suporte em papel, especialmente verificada no ato administrativo, mas compreendendo também o ato judicial e o ato legislativo, pois estes são considerados nas categorias de documentos diplomáticos e também na própria documentação jurídica. A sua estrutura solene apresenta requisitos formais de redação (através dos caracteres internos e caracteres externos) que pode subsidiar o diálogo comum com o Direito e também com a Documentação por atuar como fonte de informação dada a sua natureza multifacetada e interdisciplinar.

Diante disso, conclui-se que através mediação da Diplomática é possível alcançar uma visão mais abrangente do documento jurídico, compreender suas funções, estrutura e aplicabilidade com base no aporte teórico previsto na crítica documental que analisa os caracteres intrínsecos e extrínsecos do documento.

No mais, observa-se que apesar da Documentação focalizar o documento de maneira distinta da Diplomática, Paul Otlet aborda elementos conceituais previstos por esta em seu *Traité de Documentation*, considerando em seu campo de estudo os documentos administrativos e vários elementos previstos na crítica diplomática. Com efeito, entende-se que modo semelhante, se pode valer desse aporte conceitual como fundamento para apreender os elementos informativos contido no documento jurídico os quais são focalizados pela Documentação, e a partir destes, estudar formas de se organizar a informação jurídica e aprimorar seu tratamento documentário.

Considerações Finais

A Documentação Jurídica, por sua origem de certa forma recente, e pelo desenvolvimento de seu escopo no âmbito das fragmentações e relativizações do contexto pós-moderno, é uma área que ainda está em construção.

Desde o seu surgimento no Brasil em fins do século XX, enquanto área de especialização da Ciência da Informação tem assumido um perfil cada vez mais dinâmico em função da complexidade do ordenamento jurídico brasileiro. O Direito é uma ciência que produz e oferece abundante quantidade de informações e compete a esta área a geração e uso do documento jurídico. A Documentação jurídica por sua vez, compete à organização da informação, disponibilização e intermediação do acesso para a sociedade de modo geral e para públicos específicos, como a própria comunidade jurídica.

Este estudo, como esforço de compreensão do delineamento histórico da constituição desse campo de especialidade, buscou contribuir para a revelação da interface da Documentação Jurídica com a Documentação otletiana e, por conseguinte a compreensão do documento jurídico como seu objeto de estudo. Diante das limitações decorrentes da escassez de literatura e do tempo de um Mestrado foi possível, apenas, explorar com maior ênfase os principais fundamentos históricos que demonstram à procedência da Documentação Jurídica na Documentação otletiana e a dimensão de documento jurídico tão intrinsecamente ligada à visão desta área.

Para finalizar essa etapa são retomados os objetivos que nortearam a pesquisa:

- Explicitar os fundamentos históricos da interface da Documentação Jurídica com a Documentação otletiana.
- Apresentar a dimensão de documento na Documentação Jurídica.

Pretende-se, em um futuro próximo, estudar com maior profundidade a influência do campo do Direito no trabalho de Otlet e na sua visão de documento, e assim, dar prosseguimento à pesquisa e avaliá-la com maior exatidão.

Antes de tratar da perspectiva e abrangência do documento jurídico, foram apresentados os fundamentos históricos que marcaram o surgimento da Documentação na Europa, onde se buscou evidenciar as diretrizes de fundação da Documentação otletiana com

base no *Traité de Documentation*, privilegiando em especial a ênfase na organização da informação dada por Otlet.

Partindo da hipótese que a formação jurídica de Otlet influenciou em sua maneira de compreender a noção de documento, realizou-se um recorte biográfico onde não se conseguiu evidências concretas para essa comprovação, mas que possibilitou verificar que o trabalho com as *Pandectes Belges* (enciclopédia especializada em jurisprudência), um clássico do Direito belga foi sua primeira experiência com a organização bibliográfica e que o estudo do Direito foi utilizado por ele como referencial para pensar a questão da terminologia na Classificação.

Com relação ao objetivo principal de se identificar a interface entre a Documental otletiana e a Documentação Jurídica, durante a pesquisa confirmou-se essa influência que se iniciou ainda nos primórdios de formação a partir dos artigos da Revista de Serviço Público que apresenta traduções de Otlet.

No mais, a legislação nacional ratifica essa interface através da promulgação do Decreto-Lei n. 2.039 de 1940, que sinaliza a penetração da Documentação otletiana promovendo a adoção do termo nos diversos “centros de documentação” do país. Além disso, foi também confirmada na através das obras bibliográficas de Atienza, Dóris de Queiroz Carvalho, Edson Nery da Fonseca e José Fernandes Moreno. Este último em especial, menciona de forma direta e também por meio de exemplos do Instituto Internacional de Bibliografia a inspiração no trabalho de Otlet e no instituto por ele fundado. Também se apurou que a obra de Moreno é rara e inédita, o que suscita novas aberturas de diálogo no campo epistemológico.

Pode-se observar durante a revisão bibliográfica que a questão da Documentação Jurídica, enquanto área especializada da Ciência da Informação foi pouco investigada na literatura. Na verdade são poucos os estudos voltados para a Documentação Jurídica brasileira, quer seja sobre sua história, evolução ou metodologias aplicadas, uma vez que na qualidade de subcampo da Ciência da Informação é pouco conhecida. De mesmo modo, a interface da Documentação otletiana é praticamente ignorada inclusive pela própria área.

Enfim, com relação ao segundo objetivo, verificou-se que a concepção de “documento” apresentada no campo do Direito, Documentação, Diplomática se manifestam de modo convergente, mas se concentra na focalização estabelecida pela própria área de domínio,

mantendo diálogo comum no que refere tanto a conceituação como a reconhecimento dos caracteres de constituição.

A acepção do Direito propicia uma visão muito mais ligada à função e desígnio para o qual o documento foi criado; na Documentação a atenção se concentra na capacidade de informar do documento e na Diplomática na forma e nas características formais de redação.

Como afirma Hjørland (2002), não se pode tratar todos os domínios de conhecimento como similares, pois cada comunidade discursiva diferenciam-se por sua estrutura de comunicação, tipos de documentos, terminologia específica e estruturas informacionais únicas.

Nessa perspectiva, o estudo do documento partindo do enfoque jurídico propicia além de ampla visão, condições de interpretar os meandros, aplicabilidade e usos deste no campo do Direito. De maneira harmônica, a perspectiva otletiana compartilha da compreensão jurídica, conferindo ampla dimensão do documento jurídico.

Assim sendo, o cotejamento contribuiu também no sentido de demonstrar que o Direito particulariza o modo de abordar os documentos administrativos, os quais são presididos por forma solene preestabelecida. De igual modo, estes são reconhecidos pela Diplomática, que focaliza a descrição de seus elementos formais internos e externos permitindo identificar o documento através do reconhecimento da espécie.

Por fim, convém esclarecer que na área jurídica, este tema é abordado no âmbito do Direito Administrativo e em função da forte sintonia com a perspectiva Diplomática pode subsidiar novos estudos, visto que estes compreendem a maior parte dos documentos abarcados pela Documentação Jurídica. Ressalta-se que a documentação administrativa foi também considerada por Otlet no *Traité de Documentation* que se preocupou em informa as características, finalidade e importância desse tipo de documentação.

Referências Bibliográficas

ABREU, Anna Maria F.C.; SANDOVAL, Elza Marina S. Metodologia de ordenação do acervo jurídico. São Paulo: Publishop, 1991.

ACADEMIE ROYALE DES SCIENCES, DES LETRES ET DES BEAUX-ARTS DE BELGIQUE. Anuario royal belge bibliographie national. <<http://www.academieroyale.be>>. Acesso em 22.05.2014

ARAÚJO, Ângela M. Albuquerque; ALMEIDA, Orlando de. Profissional da informação jurídica: produtividade e canais de divulgação. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA, 1992, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 1992. p. 318-328.

ATIENZA, Cecília Andreotti. Documentação e Biblioteca na Câmara Municipal de São Paulo. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 3, n. 1, 1975.

_____. Documentação jurídica: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

_____. Entrevista. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, n. 1/2, 1980.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Reflexões sobre o ensino da documentação jurídica no Brasil: a experiência da disciplina no currículo do curso de biblioteconomia da UFPA. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 2007, Brasília. Anais... Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 34-46. 1 CD-ROM.

BELLOTTTO, Heloisa L. Diplomática e tipologia documental e arquivos. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 106p.

_____. Diplomática luso-brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e dos documentos descendentes. Revista Arquivos & Bibliotecas, Porto, v. 3, 1999, p.19-30.

BEFFA, Maria Lúcia; NAPOLEONE, Luciana M. Da primeira biblioteca pública oficial da Província de São Paulo à biblioteca da faculdade de Direito da USP: história da biblioteca, de suas origens até a criação da USP. In: BITTAR, Eduardo C.B. (org.) História do Direito Brasileiro: Leituras da Ordem Jurídica Nacional. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes F. Noções de Paleografia e de Diplomática. Santa Maria: Editora da UFSM, 1995. 96p.

BOUCAULT, Carlos Eduardo A. A retórica de Rui Barbosa e os resultados da participação do Brasil na 2ª Conferência da Haia, de 1917. In: BITTAR, Eduardo C.B. (org.) História do Direito Brasileiro: Leituras da Ordem Jurídica Nacional. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

BRADFORD, Samuel C. Documentação. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

BRASIL. Decreto n.8.835 de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. Câmara dos Deputados. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>> Acesso em: 27.05.2014

BRASIL. Decreto n. 35.124 de 27 de fevereiro de 1954. Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, nos termos da Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35124-27-fevereiro-1954-323012-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 27.05.2014

BRASIL. Senado Federal. Prodasen. Brasília, 1970.

BRIET, Suzanne. Qu'est-ce que la documentation ? Paris, Edit, 1951.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. Journal of the American Society of Information Science, New York, v.42, n.5, p. 351-360.

_____. What is a document? Journal of the American Society of Information Science, New York, v. 48, n.9, p. 804-809.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento II: da enciclopédia a wikipédia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CARNEIRO, Paulo. A UNESCO e a Informação. *Revista Ciência da Informação*, v. 6, n. 1, p. 1-9, 1977.

CARVALHO, Dóris de Queiroz. *Classificação Decimal de Direito*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, Divisão de Documentação, 1977.

CASTRO, César. *História da Biblioteconomia Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Tradução de Paolo Capitanio. V. II 2ª ed. Campinas: Bookseller, 2000.

COBLANS, Herbert. National Bibliographical Center in Brazil. *Ciência da Informação*. V. 19, n. 1, 1990. p. 91-101.

COMISSÃO BRASILEIRA DE DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA. *Recomendações*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1979, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná, 1980. p. 1172.

CORRÊA, Alexandre A.C. *História do Direito Nacional desde a antiguidade até o Código Civil de 1916*. In: BITTAR, Eduardo C.B. (org.) *História do Direito Brasileiro: Leituras da Ordem Jurídica Nacional*. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

CORREIA JUNIOR, M. Pio. *Origens da documentação administrativa*. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 17-27, 1951. In: *Revista Diretrizes da Documentação*, 1964.

DIAS, Eduardo W. *Biblioteconomia e Ciência da Informação: natureza e relações*. *Revista Perspectiva da Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v.5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico Maria Helena Diniz*. São Paulo: Saraiva, 1998.

DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para una antiga ciencia*. Tradução de Manuel Vázquez. Carmona: S & C Ediciones, 1995. 170p.

ENCICLOPEDIA Digital Larousse. Disponível em: <<http://www.larousse.fr>>. Acesso em 22.05.2014

FONSECA, Edson Nery. A classificação decimal universal no Brasil. In: BRADFORD, S.C. Documentação. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 292p. p.269-289.

_____. Problemas brasileiros da Documentação. Brasília: IBICT, 1988.

GONZALES, Douglas C. Apontamentos sobre as semelhanças e diferenças do Direito sob a perspectiva da Commom Law e do Sistema Romanístico. CEI, Brasília, n.46, p.71-77, jul/set, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Nélida. A documentação e o neodocumentalismo. In: GRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange P. Ciência da Informação e Documentação. Campinas: Alínea, 2011.

_____. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Brasília, v.2, n.1, p. 115-134, 2009.

GUIMARÃES, José Augusto C.; NASCIMENTO, Lúcia M. Barbosa. Documento jurídico digital: a ótica da Diplomática. In: PASSOS, Edilenice. Informação jurídica: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. 237p. p. 33-77.

GUIMARÃES, José Augusto C. Análise documentária em jurisprudência: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros. 1994, 250f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Formas da informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 26, nº 1/2, p. 41-54, jan./jun., 1993.

GOMES, Hagar Espanha; ZAHER, Celia Ribeiro. Da Bibliografia a Ciência da informação: um histórico e uma posição. Revista Ciência da Informação, Brasília, v.1, n.1, 1972.

GOMES, Hagar Espanha. Informação, ontem. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 10, n. 1, jan/jun, 1982.

_____. O ensino da Bibliografia. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, v. 5 n. 1, p.93- 104, mar., 1976.

Grupo de Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro: História e Trajetória. Disponível em: < <http://gidjrj.com.br/historia>>. Acesso em 13 ago 2014.

HOCHSCHILD, Adam; MARCHALL, Jules ; NZIEM, Izidore N.E. Histoire de la colonization belge du Congo. 2000 Cobelco. <<http://cobelco.info>>. Acesso em 01.03.2014

LARA, Marilda Lopez G. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. In FREITAS, L.S; MARCONDES, C.H; RODRIGUES, A.N (org). Documento: gênese e contextos de uso. Niterói: UFF, V.1, p. 35-56, 2010.

LOPES, Luiz S. Documentação administrativa. Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, v. 3, n.3, p. 13-18, 1943. In: Revista Diretrizes da Documentação, 1964.

LOPEZ YEPEZ, José. Teoria de la documentacion. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1978.

LUND, N.W. Document theory. Annual Review of Information Science and Technology, v.43, n.1, p.1-55, 2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.2009.1440430116.htm>> Acesso em 02.04.2012.

MARCACINI, Augusto Tavares R. Direito e informática: uma abordagem jurídica sobre a criptografia. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MARQUES, Antônio Terêncio G.L. A prova documental na Internet: validade e eficácia do documento eletrônico. 6ª reimp. Curitiba: Juruá, 2011.

MASTRO, Berenice T.; MOURÃO, Laís de A. Manual de implantação de Serviço de Documentação Jurídica. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1989.

MORENO, José Fernandes. Bibliotecas jurídicas particulares. São Paulo: Tipografia Rio Branco, 1935.

MORENO, José Fernandes. Fichários de Documentação Jurídica. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, 1936.

MOSTAFA, Solange P. A documentalidade como conceito filosófico. In: GRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange P. Ciência da Informação e Documentação. Campinas: Alínea, 2011.

MURATA, Cátia Martins J. Documentação jurídica em formato digital. Palestra proferida no ciclo de palestras do GIDJ/ SP em parceria com o CRB8. São Paulo – SP, em 19.06.2010.

MURGUIA, Eduardo I. Percepções e aproximações do documento na Historiografia, Documentação e Ciência da Informação. In: GRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange P. Ciência da Informação e Documentação. Campinas: Alínea, 2011.

NASCIMENTO, Maria Lúcia B. Análise documental e análise diplomática: perspectivas de interlocução de procedimentos. 2009, 199f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Lúcia M. B. GUIMARÃES, José Augusto C. A organização da informação jurídico-digital e os avanços teóricos da Diplomática: uma reflexão acerca da eficácia probatória do documento. Revista Informação & Informação, Londrina, v. 12, n.2, p. 41-54, jul./dez., 2007.

NobelPrize. "The Nobel Peace Prize 1913 – Henri La Fontaine". Nobelprize.org. Disponível: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1913/fontaine-facts.html em: 26.05.2014.

ODDONE, Nanci Elizabeth. Ciência da Informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2004.

_____. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. in Revista de Ciência da Informação, Brasília, v.35, n.1, p.45-56, jan./abr, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a06.pdf>. Acesso em: 26.02.2014.

_____. A Documentação no Brasil e seu impacto durante o Estado Novo. In: XI ENANCIB Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2010, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: ANCIB, 2010.

ORTEGA, C. D. A documentação como uma das origens da ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. BJIS, v.3 n.1, p.3-35, jan/jun 2009. Disponível em: < <http://www2.marilia.unesp.br/entrevistas/index> > Acesso em 11.09.2012.

_____. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Datagramazero, V. 5, n.5, 2004.

ORTEGA, C.D.; LARA, M.L.G. de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação, v.11 n.2. abr. 2010. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/abr10/Art_03.htm > Acesso em 11.09.2013.

OTLET, Paul. Traité de Documentation: le livre sur le livre. Théorie et pratique. Editions Mundaneum, Bruxelles: Palais Mondial, 1934. 431p.

_____. El tratado de Documentation. Tradução de Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Editum, 2007.

_____. Selected Essays of Paul Otlet in the FID. Tradução Warden Boyd Rayward. Amsterdam: Elsevier, 1990. p.214-220.

_____. Documentos e documentação: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Univsersal, Paris, 1937. Disponível em: <<http://conexaorio.com/bit/otlet>>. Acesso em 12.11.2012

_____. Documentos e documentação. Tradução Francisco Martins Dias Filho. Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 43, abr/1946. In: Revista Diretrizes da Documentação, 1964.

PASSOS, Edilenice. Bibliotecário jurídico: mapeamento de sua produção bibliográfica. In: _____. Informação jurídica: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. 237p. p.189-200.

_____. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. Revista Ciência da Informação, Brasília v.23, n.3, set/dez. 1994. Disponível

em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1158> > Acesso em 18.02.2014.

PASSO, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Fontes de informação para pesquisa em direito. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PEREIRA, Caio Mario S. Instituições de direito civil. 23. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2009, v.1.

PINHEIRO NETTO, José Martins. A economia de um escritório de advocacia. Revista do Advogado, São Paulo, n.2, ano, 1980.

PONTES DE MIRANDA, F. Comentários ao Código de Processo Civil. v.4, Rio de Janeiro: Revista Forense, 1959. v.4.

RABELLO, Rodrigo. A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 2009, 331f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

RAYWARD, W.B. El universo de la información: la obra de Paul Otlet sobre documentación y organización internacional. Tradução de Pilar Arnau Rived. 3ªed. Madrid: Mundarnau, 2005.

_____. European Modernism and the information society: informing the presente, understanding the past. Hampshire: Ashgate, 2008.

_____. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography / International Federation Information and Documentation (FID). Journal of the American Society for Information Science, v. 48, n. 4, p.289-300, 1997.

RONDINELLI, Rosely C. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro, FGV, 2013.

SHERA, H.J. Padrão, estrutura e conceituação na classificação. Tradução de Hagar Espanha Gomes. 1957. Disponível em <<http://www.conexaorio.com/bit/shera/>> Acesso em: 27.03.2013

SAMBAQUY, Lília de Queiroz. Da Biblioteconomia à informática. Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.51-60, 1978.

SANTOS, M. A. Primeiras linhas de direito processual civil. 3ª ed., v.3, São Paulo: Saraiva, 1980.

SANTOS, Paola de Marco L. O ponto de inflexão de Otlet: uma proposta para organização racional da produção intelectual do homem. 2006, 146f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, USP 2006.

_____. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. Revista de Ciência de Brasília, Brasília, v.36, n.2, p.54-63, mai/ago, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/article.php?dd0=0000005128&dd90=8c5e24ccf9>> Acesso em: 14.03.2014

SANTOS, Washington dos. Dicionário jurídico brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT, 2001. 276p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/75> Acesso em: 12.07.2014.

SHERA, Jesse H.; EGAN Margaret E. Exame do estado atual da Biblioteconomia e da documentação. In: BRADFORD, S.C. Documentação. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 15-61.

SILVA, Andreia Gonçalves. Fontes de informação jurídica: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SMIT, Johanna. Arquivologia / Biblioteconomia: Interfaces das ciências da informação. Revista Informação & Informação, Londrina, v.8, n.1, jun/dez, 2003.

SORDI, Neide A. Dias de. Informe sobre a implantação do Sistema de Informação Documental da Justiça Federal – JUSDATA. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA, 1992, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 1992. 365p. p. 284-296.

SOUZA, Simone T. A caracterização do documento jurídico para a organização da informação. 2013, 180f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2013.

TÁLAMO, M. de Fátima G.M; SMIT, Johanna W. Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. Brazilian Journal of Information Science, v.1, n.1, p. 33-57, Jan/Jun, 2007. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/30/29>> Acesso em: 10.08.2013

TOGNOLI, Natália B.; GUIMARÃES, José Augusto C. A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectiva de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. In: CONGRES ISKO ESPAÑA, IX., Valencia: International Society for Knowledge Organization, 2009. Disponível em: <www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/38-47_Bolfarini.pdf> Acesso em: 10.12.2014

VALENTE, José Augusto V. Acerca do documento. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [S.l.], v.11, n.3/4, p. 177-198, jul./dez. 1978.